

Universidade Católica de Moçambique
Faculdade de Ciências Sociais e Políticas
Mestrado em Ciência Política: Governação e Relações Internacionais

**A Influência do Marxismo-leninismo no Processo de Construção da Democracia em
Moçambique (1990-2014)**

Candidata: Zunaida Havane J. do Rosário

Código de estudante: 709210043

Quelimane, Novembro de 2023.

**A Influência do Marxismo-leninismo no Processo de Construção da Democracia em
Moçambique (1990-2014)**

Dissertação submetida a Universidade Católica de Moçambique,
Faculdade de Ciências Sociais e Políticas como requisito para
obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política: Governação e
Relações Internacionais, orientado por:
Prof. Doutor Ricardo Raboco

Quelimane, Novembro de 2023.

Índice

Lista de Abreviaturas -----	III
Declaração de Honra -----	IV
Dedicatória -----	V
Agradecimentos -----	VI
Resumo -----	VII
Abstract -----	VIII
CAPITULO I	9
1.1. Introdução	9
1.2. Problematização	11
1.3. Objectivos	13
1.3.1. Geral.....	13
1.3.2. Específicos	13
1.4. Questões de pesquisa	13
1.5. Justificativa e Relevância da Pesquisa.....	14
1.6. Delimitação da Pesquisa	15
CAPÍTULO II: Revisão da Literatura	16
2.1.O minimalismo democrático.....	16
2.1.1.Maximalismo democrático.....	21
2.2. Definição de Conceitos	26
2.2. 1. Democracia	26
2.2.2.Modelos de democracia	28
2.3. Marxismo	30
2.4. Discussões em torno do Marxismo e Democracia.....	34
2.5. Marco Teórico.....	42
2.5.1.Teoria Neo- institucionalista.....	42
Capitulo III: Metodologia	46
3.1. Tipo de Pesquisa Quanto a abordagem.....	46
3.1.2. Quanto aos objectivos.....	47

3.1.3. Quanto a Natureza.....	47
3.2. Método da Pesquisa	47
3.2.1. Participantes da Pesquisa	47
3.3.1. Técnicas de Recolha de Dados	48
3.4.1. Técnicas de análise dos resultados.....	49
3.4.2. Técnicas de Validação dos Resultados	49
3.5. Questões Éticas	49
Capitulo IV: Análise, Apresentação e Discussão dos Resultados	51
4.1. Contexto histórico da luta pela independência em Moçambique	51
4.2. Géneses e objectivos da democratização em Moçambique	56
4.3. Desafios da democratização em Moçambique.....	61
4.4. A questão do marxismo em Moçambique	65
4.5. A influência do marxismo – leninismo na construção da democracia moçambicana: 1990 a 2014.....	69
4.5.1 - Resultados das entrevistas com os partidos Frelimo e Renamo	70
4.5.2 - Resultados das entrevistas com os académicos e a sociedade civil.....	74
Capitulo V.....	83
Conclusões	83
5.1.Recomendações.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88
Anexos	96

CAPITULO I

1.1. Introdução

A luta pela independência em Moçambique foi marcada pelo surgimento de três movimentos nacionalistas (nomeadamente o MANU, UNAMI e UDENAMO¹) que se uniram formando a Frente de Libertação Nacional de Moçambique (FRELIMO), e lutaram pela libertação do jugo colonial, o que culminou com o alcance da independência em 1975. Alcançada a independência, a Frelimo formou o governo, e adoptou durante o seu 3º congresso realizado em 1977, o socialismo para a gestão da coisa pública, sob orientação da ideologia marxista-leninista, no intuito de resgatar a dignidade humana e a unidade dos povos antes negligenciadas pelo capitalismo selvagem. Nesse sentido, de acordo com Gonçalves (2009), era preciso, através da educação, substituir o “velho” pelo “novo”. Era “velho” tudo que era colonial, burguês e capitalista; “novo”, tudo o que tinha a ver com o socialismo, o que era moderno e longe das características do “velho”.

Desde então, valendo-se de uma política pautada no centralismo democrático resultante da ideologia marxista-leninista a FRELIMO já como partido político, não admitia a existência e a proliferação de outras forças sociais e políticas que não estivessem submetidos a ideologia do partido numa demonstração de força suprapartidária cujo princípio era “quem não está connosco é contra nós”.

A este respeito, na presente dissertação procura-se compreender de que forma a ideologia marxista-leninista influenciou no processo de construção da democracia em Moçambique, desde 1990 altura em que adoptou-se a 1ª constituição que introduziu o multipartidarismo até 2014, período em que houve a transmissão formal de poderes de uma geração fundacional do Estado moçambicano e que esteve intrinsecamente ligada a epopeia libertária e, por conseguinte, ao projecto marxista-leninista para uma outra que simplesmente acompanhou a implementação desse projecto.

A problemática aqui levantada é de grande relevância académica e social, pois é actual porque vai possibilitar a realização de uma análise do processo de formação e construção do Estado que se

¹ União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO).

queria de Direito Democrático através da análise dos elementos marxistas-leninistas contidos na sua estruturação e no comportamento político das suas elites.

A compreensão da relação entre a democracia e o marxismo-leninismo em Moçambique vai auxiliar a comunidade em geral a perceber o funcionamento das políticas adoptadas pelo Partido - Estado após a introdução do multipartidarismo no país e, principalmente, a prevalência de traços do anterior sistema tais como: culto à personalidade, corrupção, excesso de burocracia, militarização do regime.

A dissertação tem **05 capítulos**, no primeiro capítulo encontramos a introdução que engloba a delimitação do tema de estudo; justificativa e a relevância do estudo; o problema e os objectivos. No segundo capítulo temos a revisão da literatura, em que definimos os diferentes conceitos e questões ligadas ao tema em estudo. No terceiro capítulo contem os aspectos metodológicos, que incluem: a opção metodológica; a técnica de recolha de dados e o modelo de análise de dados e as limitações da pesquisa; no quarto encontramos a apresentação e análise de dados, e por fim no quinto temos as conclusões da pesquisa e recomendações.

1.2. Problematização

Com a Proclamação da Independência Nacional, o movimento que conduziu a luta de libertação nacional - a FRELIMO - formou um governo em substituição do regime colonial, sem que para tal fosse necessária a manifestação do princípio democrático de liberdade de escolha do povo entre as forças vivas que seriam constituídas para esse fim.

No entanto, a FRELIMO continuou como um movimento até 1977, altura em que formalizou o seu estatuto de partido político e a sua linha de orientação política, assente na base da ideologia marxista-leninista, por meio de decisões saídas do 3º Congresso, realizado em Fevereiro desse mesmo ano. O 3º Congresso da FRELIMO tornou-se assim um marco importante no seio dessa organização e de Moçambique em geral, visto que dele, entre outras deliberações, resultou a opção ao “socialismo”, ao modelo de regime de partido único e à centralização do poder que reinou durante quinze anos. No entanto, as tendências de orientação socialista foram criadas ainda durante a luta armada por intermédio das relações e apoio multiforme prestado pelos países socialistas na época principalmente a antiga URSS, Cuba e a China Popular (Massimaculo *et al*, 2021, p.689).

É importante realçar que o desejo dos guerrilheiros da FRELIMO era alcançar a independência política nacional, criar um regime de partido único assente na aliança entre operários e camponeses. Foi nesse esforço que muitas das decisões tomadas no 3º Congresso vieram reflectir-se nesse desejo, como a seguir Cuco (2016) nos faz perceber, ao assim referir:

Estava claro que desde a declaração da independência do país, em 1975, a FRELIMO não iria optar pelo pluralismo partidário, ou seja, iria optar por pseudoto do sartoriano, que consiste na ausência de diversificação do poder. Todo poder ir-se -ia concentrar num único partido (p.145).

No entanto, essa “ausência de diversificação” do poder, ou seja, a centralização e hegemonização do poder, perdurou durante todo período da primeira República (1975-1990). A Constituição de 1975, aprovada às vésperas da Proclamação da Independência nacional e que foi sendo aperfeiçoada com o tempo, consagrava a FRELIMO como a força dirigente do Estado e da sociedade moçambicana. Assim, o artigo 3º dessa Constituição legitimava essa ausência de “diversificação do poder”, ao preconizar que “ a FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisiona a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da

política do Estado com os interesses do povo”. Desse modo, a FRELIMO constituía a única força política nacional que definia as estratégias políticas, económicas e sociais. O Congresso, o Comité Central e o Bureau Político do Partido eram os órgãos mais importantes que decidiam sobre as relevantes matérias da vida do país, cabendo aos órgãos do estado simplesmente a sua chancela (Massimaculo *et al*, 2021, p.690).

Concomitantes ao 3º Congresso (1977), que deliberou sobre a criação de órgãos de base do poder democrático popular, foram realizadas as primeiras eleições monopartidárias para candidatos a membros das assembleias. O poder popular estava representado pelas assembleias e havia duas designações: Assembleias do Povo e Assembleia Popular². Essas Assembleias eram órgãos de apoio ao partido FRELIMO.

Ao serem criadas as assembleias, a intenção era desconcentrar o poder dos processos de tomada de decisão, porém, por conta do monopartidarismo, o poder continuava concentrado. O presidente da Assembleia Popular era, igualmente, Presidente do partido FRELIMO e da República. E também, durante esse período de governo do partido único e de regime “socialista”, os direitos foram limitados, as liberdades foram aparentes e a repressão evidente (Massimaculo *et al*, 2021, p.691).

Portanto, o marxismo constituiu para os dirigentes da FRELIMO o meio sobre o qual se pensou e operacionalizou a luta armada, mas foi sobretudo o instrumento que lhes permitiu conceberem o Estado-nação a construir. Este serviu como um fundamento para a legitimação do seu projecto de construção do estado nacional pois: "é em nome do «povo moçambicano» que eles se engajaram na «luta de libertação nacional» e é em seu nome que tomaram o poder no Moçambique independente e prosseguir a revolução" (Brito, 2019, p.78).

Olhando para a realidade actual podem ser encontrados alguns dos elementos acima descritos que caracterizaram a época de vigência da ideologia marxista-leninista em Moçambique, e por isso, então a questão que se levanta é:

² A primeira era referente às Assembleias do nível provincial, distrital e de localidade, e a segunda, à Assembleia nacional.

Qual é a influência do marxismo-leninismo no processo da construção democrática do Estado moçambicano de 1990 a 2014?

1.3. Objectivos

1.3.1. Geral

- ✓ Analisar a influência do marxismo – leninismo no processo de construção da democracia em Moçambique de 1990 a 2014.

1.3.2. Específicos

- ✓ Identificar as géneses e objectivos da democratização em Moçambique
- ✓ Apresentar os traços do marxismo-leninismo no processo de edificação da democracia;
- ✓ Explicar como o marxismo – leninismo influencia na construção da democracia moçambicana desde 1990 a 2014.

1.4. Questões de pesquisa

- ✓ Qual é a génese e os objectivos para democratização do estado Moçambicano?
- ✓ Que traços específicos podem ser identificados durante a trajectória da democratização de Moçambique?
- ✓ De que forma o Marxismo – Leninismo influencia na democratização do Estado Moçambicano.

1.5. Justificativa e Relevância da Pesquisa

A escolha do tema “ A Influência do Marxismo-leninismo no processo de construção da democracia em Moçambique (1990-2014), resulta da curiosidade pessoal despertada pelas histórias contadas sobre o período de vigência do socialismo em Moçambique, pela participação nas aulas de mestrado em Ciência Política: Governança e Relações Internacionais particularmente na disciplina de Teoria Política, e da constatação através dos debates políticos desenvolvidos na arena social e da Ciência política sobre os obstáculos e desafios que persistem no processo de democratização dos países africanos e a actuação dos governos nacionais independentistas.

A outra razão que justifica a escolha deste tema é o facto de, apesar de haver pesquisas relacionadas como as desenvolvidas por instituições com IESE através de autores como Luís de Brito, Salvador Forquilha, Brazão Mazula que abordaram acerca da construção do estado nacional e da democracia, e o significado do marxismo-leninismo em Moçambique, ainda não há um estudo para Moçambique nos moldes que aqui se pretendeu fazer abordagem, constituindo assim uma contribuição razoável para esta área de conhecimento, porque esta pesquisa possibilita de forma diferente olhar para o processo de construção da democracia em Moçambique através da análise sob ponto de vista das implicações e da influência do marxismo-leninismo neste processo para perceber até que ponto os problemas ou desafios da implantação do estado democrático moçambicano derivam da adopção desta ideologia.

O tema é de grande relevância académica e social actual porque contribuiu com mais um estudo na área da Ciência Política e permite a realização de uma análise do processo de formação e construção dos ideais democráticos moçambicanos olhando para os elementos marxistas adoptados pela Frelimo para perceber o porquê de volvidos tantos anos ainda persistem desafios que dificultam a implantação da democracia moçambicana. O estudo facilita a delineação de uma linha de entendimento de como a ideologia adoptada pela Frelimo influencia na dinâmica da formação e exercício do poder independente e democrático.

A compreensão destes elementos mencionados vai auxiliar a comunidade em geral a perceber o funcionamento das políticas adoptadas pelo partido após a independência e, por um lado, vai permitir compreender como se deu a mudança ideológica que ocorreu com a independência e, por outro, a sua subordinação ao ideal de criação da nação pelo Estado, concebido como o principal

agente do desenvolvimento da sociedade moçambicana e instrumento de uma luta permanente contra os vestígios da sociedade tradicional-feudal.

Com esse estudo, espera-se contribuir no debate académico entre os profissionais da área da Ciência Política e áreas afins, servindo como suporte para novos estudos e abordagens, bem como para se repensar nos elementos subjacentes ao processo democrático e multipartidário em Moçambique. Essa pesquisa, é relevante não só para a academia, mas sim para a sociedade no geral porque nos ajuda a entender o porquê da democracia em Moçambique é como é e os factores que fazem com que ela não avance. Portanto, trata-se de mais um contributo para perceber as matrizes ideológicas, políticas, sociais e historiográficas que influenciaram ou não o processo de introdução e construção das instituições democráticas em Moçambique.

1.6. Delimitação da Pesquisa

A presente dissertação subordinada ao tema "A Influência do Marxismo-leninismo na construção da Democracia em Moçambique", realizou-se no horizonte temporal de 1990 a 2014, porque foi dentro deste período em que adoptou-se a primeira Constituição Democrática em 1990 que introduziu os ideais democráticos em Moçambique e em 2014 que é o ano que marca a saída formal do poder de figuras políticas ligadas ao processo libertário do país mormente ao marxismo-leninismo e a passagem de testemunho de uma geração que apenas acompanhou o processo, ou seja a passagem de poder de Armando Guebuza para Filipe Nyusi.

A pesquisa foi realizada em Moçambique, porque todos os elementos nele discutidos ocorrem neste espaço, em que se analisou o projecto democrático moçambicano. E cientificamente a pesquisa tem enquadramento na área de Ciência Política, concretamente no módulo de Teoria Política e de outros módulos do curso.

CAPÍTULO II: Revisão da Literatura

Nenhuma pesquisa parte hoje do nada, e por isso, a pesquisa em evidência, enquadra-se no âmbito da Ciência Política e apresenta em sua vasta literatura correlacionada, com principal enfoque para a democracia, o marxismo e a relação entre o marxismo e a democracia.

No período contemporâneo, a democracia tem sido tema de análise de filósofos e cientistas sociais que se ocupam em formular modelos ideais desse regime político ou se atêm ao exame da formação, existência e funcionamento dos regimes democráticos existentes. Nessa senda, podemos classificar os estudos sobre a democracia em duas vertentes: a primeira é conhecida como “concepção minimalista”, seus fundamentos encontram-se nos pressupostos de Joseph Schumpeter (1961) e Robert Alan Dahl (1997) do que seja a democracia real ou seja, à análise empírica e realística, sobre os problemas, as reformas institucionais, as transformações e o funcionamento da democracia; e a segunda é aquela voltada à construção de modelos amparados essencialmente em teorizações abstractas, concentrando-se na formulação de uma democracia ideal. Esta última concepção é reconhecida na literatura como “maximalistas” ou amplas que concebem que os regimes democráticos não podem ser resumidos a métodos de escolhas eleitorais, como consequência da acção de mecanismos institucionais estritamente políticos (Felisbino, 2009).

2.1.O minimalismo democrático

A teoria da democracia competitiva ou procedimental e minimalista – tal como caracterizada por Joseph Schumpeter – teve sua origem associada às colocações de Max Weber acerca da institucionalização do Estado racional-burocrático no contexto do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Sinteticamente, Weber (1980) via a instauração de instituições políticas, em especial o Parlamento, como meios de limitar a acção da burocracia estatal. Desse modo, a preocupação manifesta por Weber (1980) refere-se às formas de conter e controlar a força das camadas burocráticas, tarefa à qual o Parlamento tem posição institucional privilegiada.

Só um Parlamento activo e não um parlamento onde apenas se pronunciam arengas pode proporcionar o terreno para o crescimento e ascensão selectiva de líderes genuínos, e não meros talentos demagógicos. Um Parlamento activo, entretanto, é um Parlamento que supervisiona a administração participando continuamente do trabalho desta (Weber, 1980, p. 38).

Portanto, a Democracia Parlamentar, para Weber (1980), tem como função primordial a selecção de líderes políticos. Nesse sentido, o Parlamento seria composto, não pelos burocratas e técnicos do Estado, mas sim por políticos profissionais seleccionados pela sociedade por sua competência e capacidade. Essa é a forma de selecção que Weber (1980) classifica de democrática, ou seja, um processo de escolha dos líderes dirigentes gerado pela competição eleitoral. Portanto, a democracia caracterizava-se, de forma restrita, como um sistema que organizava a disputa entre as elites políticas, em que o Parlamento deveria transitar da política negativa (de representação de interesses e fiscalização do poder executivo) para uma política positiva, ou prepositiva, desde que esse órgão tivesse uma participação efectiva na condução do governo (Sell, 2010, p. 140).

A eleição do corpo político, desse modo, é a questão fundamental nas democracias parlamentares. Como a burocratização das esferas do Estado se desenvolve da mesma maneira que na economia, os políticos, eleitos por suas competências e capacidades, devem ser a força de equilíbrio contra a dominação burocrática. A burocracia, por sua vez, deve se sujeitar ao controle político, dado que apenas a cooperação entre burocratas e políticos garantirá a supervisão contínua da administração, e com ela a educação política de líderes e liderados (Weber, 1980, p. 41-42).

Portanto, a Democracia é um modo de selecção e formação do corpo político na qual a participação política não é o elemento fundamental. A participação do povo limita-se à colaboração e votação durante as eleições, que ocorrem em intervalos relativamente longos, a discussão de resoluções, cujos efeitos são sempre controlados em grande escala pelos líderes (Weber, 1980, p. 68).

Nessa direcção, Joseph Schumpeter, na década de 1940, com a obra “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, caracterizou a democracia como um método, um procedimento de escolha dos dirigentes políticos. Deste modo, a democracia é nomeada como procedimental, porque se define apenas como um sistema de regras para a escolha daqueles líderes os quais tomariam as decisões políticas que garantiriam ou não o bem comum da comunidade que os escolheu, uma vez que o método democrático é um sistema institucional para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor (Schumpeter, 1961, p. 328).

Logo, a democracia caracteriza-se como um procedimento minimalista, com pouco ou nenhum valor substantivo, como um arranjo para formalizar as decisões colectivas pelo voto popular.

Como Schumpeter (1961) associava o processo político ao mercado económico, acabou por apresentar uma perspectiva negativa acerca da busca do bem comum entre os cidadãos. Ou seja, como pressupõe que os indivíduos escolhem os líderes políticos a partir de factores externos às suas necessidades sociais e políticas, assim como acontece na esfera económica, vê a sociedade como um composto de indivíduos sem a possibilidade de construção de vontades colectivas (Miguel, 2002, p. 500).

Assim sendo, os cidadãos ou a comunidade, dentro desse método democrático, têm um envolvimento político mínimo, representado pelo acto de votar nos pleitos eleitorais, participar de instituições políticas, tais como os Partidos Políticos (que organizam e disputam votos nesse mercado competitivo) e utilizar-se de uma avaliação retrospectiva dos candidatos, caso rejeite a prática política anterior deles. Portanto, o que determina a democracia é a forma de selecção dos dirigentes políticos, como argumenta Schumpeter (1961), essa acção justifica-se pelo fato de que a democracia parece implicar um método reconhecido, através do qual se desenrola a luta competitiva, e que o método eleitoral é praticamente o único exequível, qualquer que seja o tamanho da comunidade.

Outrossim, enquanto Weber (1980) rejeitava a participação do povo na condução da vida política pela sua natureza afectiva, passional, destacando a importância do Parlamento como um correctivo racional dos impulsos emocionais das massas, Schumpeter considerava os cidadãos atomizados, orientados pelas suas necessidades individuais. Nesse sentido, a escolha dos cidadãos ocorre a partir das variadas opções políticas disponíveis no mercado político ou no Parlamento, que traduziriam os rumos das políticas públicas desejáveis. Desse modo, Weber e Schumpeter limitaram-se a pensar a Democracia a partir de mercados competitivos e plurais, desconsiderando, assim, contextos de concorrência restrita, de assimetria na qual alguns grupos detêm o monopólio dos recursos económicos, políticos e culturais, que afectam tanto a formação e recrutamento das lideranças políticas e a constituição da burocracia profissionalizada como as decisões políticas (Sell, 2010, p. 141).

Portanto, Schumpeter, reputado como autor da transição entre o pensamento clássico e moderno sobre a democracia, transmutou a visão idealista de democracia para uma perspectiva mais pragmática e realista, propondo, com base na teoria weberiana, um método político (que almejava estar desvinculado de qualquer pressuposição ético-normativa) capaz de organizar o

funcionamento e exercício da democracia, através da utilização de mecanismos eleitorais, como o voto, cabendo aos cidadãos o controle da gestão pública por meio do assentimento ou não de um político através da reeleição, oferecendo ou retirando o apoio popular. Por isso, a concepção schumpeteriana é considerada procedimentalista, já que é focada no método de escolha de governantes, propiciando assim uma prática democrática em um mundo por demais complexo. Demais disso, Schumpeter elabora uma teoria baseada no modelo de democracia concorrencial, de liderança competitiva, na qual a democracia é singularizada em razão da existência de elites políticas que competem pela adesão e condução dos cidadãos (Pasquino, 2010).

Contrariamente à percepção de Schumpeter que prioriza o método político, o cientista político americano Robert Alan Dahl considera o pluralismo societal como o principal determinante do destino da democracia, devendo o poder encontrar-se descentralizado (Felisbino, 2009).

Como registra Limongi (cit. em Dahl, 1997) no prefácio do livro Poliarquia: participação e oposição:

Em sociedades plurais, nenhum grupo social teria acesso exclusivo a qualquer recurso de poder, isto é, nenhum grupo social poderia garantir sua preponderância sobre os demais. Pelo contrário. O resultado seria a neutralização recíproca dos grupos em conflito. Em outras palavras, Dahl e a escola pluralista a que ele se filia creditam a preservação da liberdade política à sobrevivência e à contraposição de inúmeros poderes sociais independentes (p.10).

Segundo Dahl (1997), "o processo de democratização repousa na ampliação da competição e no direito à participação política, resultando, desse modo, em duas categorias de análise das democracias: contestação e participação. A primeira diz respeito à existência de disputa pelo poder no seio de uma determinada sociedade, bem como à permissão do exercício da oposição e contestação pública. A segunda se refere à extensão da participação política da população em um Estado".

Demais disso, Dahl (1997) utiliza três dimensões como parâmetro para analisar o grau de democratização em uma sociedade: liberalização, que diz respeito ao processo de ampliação das oportunidades de contestação; inclusão, referente ao processo de ampliação das atividades de

participação; democratização, que é a conjugação desses dois processos – liberalização e inclusão (Palassi Filho, n.d, p.133)

Medindo o nível de competitividade, oposição e contestação pública, Dahl (1997) infere que um regime político pode ser considerado democrático quando “seus principais formuladores de decisões sejam seleccionados através de eleições periódicas, honestas e imparciais” (Sell, 2006, p. 101).

Para o autor, quanto mais se verificam organizações competindo com liberdade para alçar ao poder, mais avançada politicamente estará a sociedade, já que há um pluralismo societal na qual os cidadãos se associam em grupos de acordo com suas pretensões, objectivando escolher e/ou manifestar suas preferências (Felisbino, 2009).

Trabalhando com variáveis institucionais, Dahl (1997) deduz a existência de quatro formas de governo: hegemonias fechadas (regimes sem disputa de poder e participação política limitada); hegemonias inclusivas (regimes sem disputas de poder, mas que oferece um pouco mais de participação política); oligarquias competitivas (regimes com disputas de poder e participação política limitada); e poliarquias (regimes com disputas de poder e participação política ampliada) (Palassi Filho, n.d, p.133).

De ressaltar que Dahl (1997) utiliza o termo de origem grega poliarquia para aludir ao actual estágio do regime político democrático, aproximando-se assim da realidade, deixando para utilizar a expressão democracia para designar um sistema ideal, uma fase de desenvolvimento político ainda não concretizada.

Conforme explica Dahl, poliarquias são:

(...) regimes relativamente (mas incompletamente) democratizados, ou, em outros termos, as poliarquias são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública (Dahl, 1997, p. 31).

Nesse passo, Dahl procura evidenciar a acção dos atores, considerando-a como principal variável da democracia, visto que, para ele, a competição por meio do voto tende a gerar uma maior tolerância em relação à oposição política, acarretando, desse modo, um equilíbrio de forças na qual um adversário político não poderia eliminar o concorrente. Ou seja, na poliarquia “nenhum grupo

está em condições de exercer qualquer hegemonia sobre o poder político, já que este se encontra distribuído por toda uma série de detentores” (Pasquino, 2010, pp. 360-361).

Concluindo, as teorias elaboradas por Schumpeter e Dahl são concepções realistas, voltadas ao estudo das democracias reais, recaindo suas análises especialmente em questões alusivas ao modo de funcionamento dos regimes democráticos. Além disso, tanto Schumpeter quanto Dahl compreendem a democracia como método político, concebendo as eleições como ponto fulcral da democracia e como mecanismo de controlo, não só entre cidadãos e governantes, mas também entre os líderes políticos. (Palassi Filho, n.d, p.135).

Entretanto, as principais diferenças entre os autores, é que enquanto Schumpeter dá mais ênfase ao método político, Dahl (1997) dá destaque ao pluralismo societal. De acordo com Schumpeter, a democracia deve possuir as seguintes características: concorrência pelo apoio político do cidadão; concorrência livre por meio do voto livre; luta competitiva pela liderança política; escolha da liderança política pelos cidadãos; governo administrado por políticos; política como profissão. Já para Dahl, a democracia pode ser compreendida como um processo de alargamento da competitividade e da participação política em sociedades pluralistas. Para ele, a representação política é a solução para se efectivar plenamente a democracia, visto que possibilita a prática democrática de uma forma ampliada (Felisbino, 2009).

2.1.1.Maximalismo democrático

A questão da formação de preferências individuais e da agregação ou não dessas preferências adquiriu um papel central para compreender o método democrático procedimental, em especial para a corrente do individualismo metodológico. A partir da assertiva de Elster (1999), de que os indivíduos são propositivos, ou seja, suas acções são dotadas de intencionalidade, uma série trabalhos empíricos, seja através da teoria dos jogos, da escolha racional, dentro de seus limites, vem debatendo a validade teórica desses pressupostos. Conforme aponta Maria (2010), "desde a crítica schumpeteriana ao conceito de bem comum, da construção da vontade colectiva originada na teoria política clássica, os trabalhos nessa perspectiva tendem a analisar mais a questão do accountability vertical e do desenho institucional nas democracias contemporâneas do que a questão da formação e agregação das preferências individuais".

Dado esse panorama, aprofundou-se o debate sobre a crise e os limites da democracia representativa, minimalista, baseada em procedimentos, por ela supostamente ter sido incapaz de solucionar o problema do acesso dos diversos atores sociais ao debate público e, mais ainda, não ter sido capaz de dar alternativas ao problema da exclusão e da desigualdade social. Nesse entendimento, a democracia participativa constituiu -se como um modelo de democracia alternativo ao representativo, ao enfatizar a questão da participação como método para enfrentar a exclusão social e promover a cidadania (Cunningham, 2009).

Deste modo, pode-se notar que no maximalismo democrático, a premissa é o aumento da participação, ou seja, quanto mais uma democracia oferece possibilidades de participação, melhor. A participação é vista como concretização dos princípios fundamentais da democracia: inclusão e igualdade.

A partir do sentido original do termo democracia – governo do povo – e resgatando as noções de bem comum, vontade colectiva, soberania popular e igualdade, de autores clássicos como Rousseau, Toqueville, Stuart Mills, os defensores da democracia participativa buscaram, a partir da década de 1960 e 1970, desmistificar a noção de que o cidadão é incapaz, ou desinteressado nos processos políticos. Nesse sentido, Pateman (1992, p.39) ponderou que, "mesmo que o pressuposto da apatia, da dificuldade em agregar preferências colectivas seja válido, pode ser transformado pelo aprendizado adquirido pelos indivíduos quando inseridos nos processos decisórios, uma vez que, como resultado da sua participação na tomada de decisões, o indivíduo é ensinado a distinguir entre seus próprios impulsos e desejar, aprendendo a ser tanto um cidadão público, quanto privado".

Portanto, o aspecto pedagógico como aquele formulado por Rousseau da participação política é, nessa perspectiva, o elemento chave para a tomada de decisões colectivas. Anteriormente, porém, Macpherson (1978), inspirado pelas colocações de John Stuart Mills sobre a expansão das liberdades políticas já havia atentado para o fato de que a participação muda a motivação individual e colectiva, uma vez que a comunidade deixa de apenas consumir e aceitar as políticas públicas e assume a promoção de suas próprias decisões políticas. Os autores dessa perspectiva sugerem a criação de instituições com novos canais de participação, os quais possam construir um cidadão participativo e interessado nos processos políticos.

As críticas ao conteúdo da democracia participativa de forma similar às aquelas feitas ao individualismo metodológico, que atentam para a omissão do contexto histórico-cultural na construção de preferências como um indicador explicativo das acções políticas, grosso modo, referem-se ao fato de se considerar a participação como um fim em si mesmo, deixando de lado outras variáveis e outros resultados mais significativos para a questão democrática.

Para Avritzer & Santos (2002), "se, em meados do século XX até final da 2ª Guerra Mundial, o debate teórico hegemónico pautava-se na deseabilidade da democracia (superando o temor e o preconceito à ascensão da grande massa desqualificada), tal debate não facilitou a ampliação da participação, uma vez que ocorreu a restrição das formas de participação e soberania ampliadas, em favor de um consenso em torno do procedimento eleitoral para a formação de governos".

Entretanto, no argumento dos autores, para fazer frente a essa forma de compreender a prática da democracia, inclusive rompendo com as propostas teóricas do pós-guerra, que viam nas condições estruturais para a democracia (Barrington Moore) e na virtualidade redistributiva da democracia (Adam Przeworski) a explicação para mais ou menos democracia, surge um grupo de teóricos, especialmente Jürgen Habermas e Joshua Cohen, cuja propensão era examinar a democracia local e a possibilidade de variação no interior dos Estados nacionais a partir da recuperação de tradições participativas solapadas no processo de construção de identidades nacionais homogéneas (Avritzer & Santos, 2002).

Nesses termos, se o primeiro grupo de autores não considera o papel da mobilização social e da acção colectiva na construção democrática, com a consequente super valorização do papel dos mecanismos de representação, o segundo grupo reclama a combinação dos mecanismos de representação com os mecanismos societários de participação. Assim, a participação da sociedade civil nos processos decisórios é amparada e institucionalizada dentro dos marcos da democracia representativa (Jacobi, 1996).

Entretanto, não se trata de pensar num formato de ruptura com o modelo de representação político-eleitoral tradicional. Conforme assinala Bobbio (2002), "o processo de democratização vivido hoje não se fundamenta na passagem da democracia representativa para a democracia directa; mas, diferentemente, na transição da democracia política para a democracia social, na extensão do poder ascendente (de baixo para cima) do campo da sociedade política para o da sociedade civil". O

desenvolvimento actual da democracia não é a afirmação de um novo tipo de democracia, mas a ocupação pela democracia representativa de novos espaços, até então dominados por organizações do tipo hierárquicas ou burocráticas. Tem-se, assim e então, a passagem da democratização do Estado para a democratização da sociedade.

A questão levantada pelos teóricos que argumentam em torno da democratização da sociedade, como Boaventura dos Santos, é que o sentido da Democracia foi esvaziado com a hegemonia histórica do modelo procedimental. Seria preciso institucionalizar um modelo contra-hegemónico de Democracia, em que emergissem novas formas, novas gramáticas de organização da sociedade e de relação entre o Estado e a sociedade. Novos modos de relação da sociedade civil com o Estado, que redefiniram as identidades presentes nos Estados democráticos considerando suas demandas nas políticas públicas (Avritzer & Santos, 2002).

Cohen & Arato (1997), "reforçam o argumento da necessidade da democratização das estruturas estatais visando à participação dos movimentos da sociedade civil no desenho das políticas públicas. Para os autores, o desenvolvimento da democracia participativa, especialmente em países de democratização recente, depende da relação mais próxima entre Estado e sociedade civil, ou seja, da abertura de espaços em que a sociedade possa se manifestar".

Retomando Cohen & Arato (1997), esses autores enfatizam alguns efeitos directos dos movimentos sociais no sistema político: a) ampliação dos limites da política; b) mudanças nas regras e procedimentos políticos; e c) transformação nas formas de participação no interior dos sistemas políticos. Portanto, os autores reconhecem a importância de organizações da sociedade civil na mediação de relações com o Estado, na defesa de interesses plurais e nas deliberações nos diferentes espaços participativos.

A partir da década de 1990, a teoria democrática deu uma guinada em torno do conceito de deliberação. A democracia deliberativa, como a vertente que Jürgen Habermas formulou, apresentou-se como contraponto, além aos pressupostos da democracia de cunho liberal, procedimental e minimalista, ao modelo republicano (participativo) de democracia, em especial ao seu aspecto cívico, os quais os indivíduos seriam dotados de virtudes políticas. Como argumentou Habermas (1995) em relação ao aspecto ético subjacente desse modelo:

Em situações de pluralismo cultural e social, por trás das metas politicamente relevantes, muitas vezes escondem-se interesses e orientações valorativas, que entram em conflito na perspectiva de consenso, necessitam de um equilíbrio ou de um compromisso que não é possível alcançar mediante discursos éticos, ainda que os resultados se sujeitem á condição de não transgredir os valores básicos consensuais de uma cultura (p.44).

Assim, o modelo deliberativo apresentado por Habermas, inspirado nas questões colocadas pela Teoria Crítica, sustentava que a interacção discursiva entre os cidadãos e representantes constitui o aspecto essencial para a formulação das decisões políticas e no processo de reconhecimento de direitos, liberdades e reivindicações individuais.

Neste modelo, conceitos como esfera pública e sociedade civil tornaram-se essenciais para a compreensão do processo de deliberação. No primeiro, prevalece a autoridade do melhor argumento, através da participação igualitária e pública dos cidadãos, e, com a inserção dos actores da sociedade civil, amplia-se a agenda de debate público com novos temas, objectos de discussão pautados pela argumentação racional. Nesse sentido, a inserção dos actores da sociedade civil na esfera pública representa uma aproximação com o mundo da vida, dado que os actores da sociedade civil – advindos de instituições não económicas, não estatais estão mais próximos dos problemas e das demandas do cidadão comum.

Assim, a teoria participativa abarca os impactos das desigualdades estruturais na distribuição do poder político. Certo nível de igualdade económica é necessário para que haja igualdade política, visto que factores socioeconómicos estão relacionados à capacidade das pessoas em participar do sistema político. A igualdade política não é apenas igualdade perante a lei, mas também nas oportunidades de participar da vida pública. Segundo essa perspectiva, a democracia exigiria a democratização de outras esferas não propriamente políticas, como a economia e outros espaços relacionados à vida pessoal.

Por outro lado, teóricos da democracia participativa não abordam questões essenciais para o funcionamento dessa categoria de democracia, como o desencantamento com a política. A teoria tende a assumir que as pessoas desejam participar, mas não há garantias efectivas de que elas realmente participariam em um sistema mais aberto. Outras questões continuam sem resposta,

como especificidades sobre o funcionamento da economia em relação ao aparato político e os problemas postos pelo sistema internacional, que está em mudança constante. A teoria participativa tampouco lida com aspectos relacionados à transição, sobretudo quanto à reação dos agentes com mais recursos diante de tentativas de mudança na balança do poder (Held, 2006). Ainda assim, os teóricos participacionistas trazem uma importante questão para o debate: a aplicação de princípios democráticos à estrutura da sociedade, sem limitar a democracia à esfera estatal.

Portanto, mediante o debate acima apresentado, percebe-se que as teorias supracitadas circundam principalmente em torno de três conceitos importantes no estudo da democracia: representação, participação e deliberação. Tais eixos podem auxiliar a compreensão acerca das semelhanças e diferenças entre teorias que servem de base para a construção de modelos de democracia e suas respectivas variações.

Os regimes contemporâneos são, na verdade, mesclas de elementos pertencentes aos três eixos. Isso não é surpreendente, tendo em vista que os conceitos se mesclam na própria teoria: por exemplo, John Stuart Mill, que influenciou a teoria participativa, defende um governo representativo em larga escala. De forma semelhante, muitas correntes que defendem a representação também se pautam no conceito de deliberação democrática (Pateman, 1992).

Assim, o eixo da “participação” salienta a importância de entender a democracia para além de seu aspecto institucional: trata-se também de uma forma social. E portanto, o debate entre o minimalismo e o maximalismo democrático é em grande parte teórico e normativo. Ambas as posições são gerais e abstractas e, por isso, não podem ser testadas empiricamente com facilidade para ver até que ponto o minimalismo e o maximalismo democrático estão reflectidos na realidade, uma vez que os próprios cidadãos demonstram um comportamento ambivalente: por um lado, tendem a reivindicar direitos à participação, mas nem sempre aproveitam deles.

2.2. Definição de Conceitos

2.2. 1. Democracia

Conceituar Democracia, hoje, continua a não ser tarefa fácil, pois de qualquer modo, distintos significados congregam-se a palavra democracia. Segundo o antipático da palavra Democracia, Platão – a democracia para este filósofo cabia o significado da doxa mais do que da filosofia; da

opinião, em detrimento do conhecimento. A palavra grega para significar «poder» era kratos e para significar «povo» era demos (Crick, 2002, p. 6).

Outros autores clássicos e contemporâneos atribuíram a expressão democracia um significado pejorativo. Ou seja, a maioria traduzia-se simplesmente por multidão – um animal poderoso, egoísta, instável, contraditório. Já o seu discípulo Aristóteles quando escreveu, *A Política* – tentou moderar o seu ponto de vista. Na sua famosa obra, *A Política*, Aristóteles considera a democracia uma fórmula viável para um bom governo, todavia, interroga-se quanto a sua fiabilidade, estava longe de ser condição suficiente. A partir daqui, torna-se claro que a teoria democrática define que a autoridade civil reside no povo. Ou seja, é o povo que através de eleições, transfere por um período de tempo o exercício desta autoridade, retendo, contudo, a sua posse (Henriques *et al*, 1995).

A democracia é uma forma de governação na qual os direitos dos cidadãos são garantidos e protegidos. Para proteger os direitos de seus cidadãos e de prestar outros serviços básicos que os cidadãos exigem, um governo democrático precisa ser capaz de exercer efectivamente sua reivindicação de um monopólio do uso legítimo da força em seu território (Linz & Stepan, 1996, p.2).

Dahl (1997), parte do pressuposto de que uma das características-chave da democracia é a contínua responsividade do governo as preferências de seus cidadãos. Para que o governo seja responsivo as preferências dos cidadãos segundo o autor, todos devem ter oportunidade de: **(I) formular suas preferências; (II) expressar suas preferências; (III) de ter as suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo.**

A democracia em uma sociedade complexa é definida como um sistema político que fornece oportunidades constitucionais regulares para mudar os funcionários do governo. É um mecanismo social para a resolução do problema da sociedade na tomada de decisão entre grupos de interesse conflitantes que permite a maior parte possível da população para influenciar essas decisões através da sua capacidade de escolher entre candidatos alternativos para cargos políticos (Bratton & Van de Walle, 1997, p.195).

Segundo Duverger (cit.em Henriques *et al*, 1995):

- (i) Tradicionalmente a palavra «democracia» designa um governo em que participa a maioria. É uma palavra formada de duas raízes gregas: demos-povo e cratos-reino, governo, poder. Será democrático, para o nosso tempo, todo o regime no qual, livremente, uma maioria popular determine e assuma o controlo do governo e da legislação. A noção de número não basta, é preciso juntar-lhe a de liberdade, para ser democrático, um regime deve assegurar a quantitativa e qualitativamente a participação do maior número, na vida pública; (ii) “o modelo democrático compreende três elementos essenciais: a) a designação dos governantes por eleições em sufrágio universal; b) a existência de um parlamento com vastos poderes de hierarquia de normas jurídicas que assegure um controlo das autoridades públicas por juízes independentes. Estas instituições têm o mesmo objectivo: c) impedir que o poder político se torne demasiado forte, a fim de serem preservadas as liberdades dos cidadãos (p.692).

E por fim, a democracia pode ser entendida como sendo o regime cujos membros da colectividade podem participar da escolha real dos seus governantes, e participar directamente ou indirectamente nas determinações sobre questões que abrangem todo o povo (Held, 1991cit em. Terenciano *et al*, 2016,p.174).

E nesta pesquisa, conceituámos a democracia como sendo, um sistema no qual o poder estaria repartido igualmente entre os membros da comunidade política, em que aja a inclusão política, de todos os grupos da sociedade principalmente dos grupos menos privilegiados.

2.2.2.Modelos de democracia

Vale referir que ao longo dos anos houve inúmeros tipos de democracia. A teoria da democracia nada mais é do que o resultado de sucessivos tipos de governos, sendo importante destacar a diferenciação de dois tipos, a democracia directa e indirecta.

A democracia directa se caracteriza por ser um modelo em que cada cidadão tem sua participação directa nas escolhas e decisões do seu interesse. Nas palavras de Bobbio (2000), trata-se da democracia dos antigos, pois ao falar de democracia os antigos imaginavam serem chamados em uma praça ou assembleia para deliberarem sobre seus interesses. Já na democracia indirecta, que abarca a categoria semidireta, o povo elege através do voto directo representantes para ocuparem cargos públicos, reunindo se em espaços de discussão para fins de debater questões do interesse

da colectividade, da população em geral, assim o povo governa através de seus representantes escolhidos.

No pensamento contemporâneo há dois entendimentos predominantes sobre representação. De inspiração liberal e republicana, a representação pode ser entendida como forma de seleccionar os “melhores”. Nesse sentido, o papel dos indivíduos é votar e obedecer às leis; assim eles estariam livres para buscar seus interesses e o lazer (Saward, 2006). O elemento liberal está na analogia da política com o mercado, em que prepondera a divisão social do trabalho: cabendo aos “melhores” tomar directamente as decisões em nome do colectivo ou do bem comum, como nas tradições republicanas, os indivíduos ficam livres para perseguir suas próprias definições de bem, conforme pressuposto fundamental do liberalismo. Essa perspectiva destaca a representação parlamentar ou eleitoral.

Por outro lado, há uma interpretação mais extensiva sobre o conceito de representação, que se associa à democracia e à inclusão política. Tal perspectiva entende representação democrática como uma relação mútua, que implica simultaneamente mandato e agência (Pitkin, 2006), superando a antiga distinção entre relação fiduciária e mandato. A interpretação extensiva enxerga o vínculo entre representante e representado como um processo contínuo de construção, pautado não apenas pelo mecanismo eleitoral, mas por justificativas que não estão relacionadas ao voto (Saward, 2006). É o caso da representação extraparlamentar, composta por diferentes agentes – não necessariamente eleitos.

A representação se caracteriza por ser indirecta, com alguém que fala “em nome dos interesses” de outrem. Uma representação democrática implica vínculo entre representante e representados, de modo que aquele tenha certa margem de liberdade para actuar, mas sem estar alheio aos anseios destes. Quando o representante age exclusivamente voltado aos próprios interesses, trata-se de uma representação não democrática ou de uma mera transferência de poder. Dessa forma, uma democracia representativa é um regime democrático cujas decisões públicas são tomadas predominantemente mediante mecanismos de representação (Lavalle & Vera, 2011).

As eleições fazem parte desses mecanismos, mas não são suficientes para promover uma representação democrática, que exige certo controlo por parte dos representados. Os actuais

sistemas de representação são imperfeitos porque carecem de instrumentos de controlo mais efectivos dos representados em relação aos representantes (Manin *et al*, 1999).

Portanto, a representação não democrática acentua a distância entre representantes e representados. Sobre esse aspecto, Manin (1997) argumenta que a representação contém elementos não democráticos e democráticos, combinados em um governo representativo. Para o autor, a representação inevitavelmente contém um elemento aristocrático – o princípio da distinção, visto que as eleições seleccionam representantes que são considerados superiores em termos de características subjectivamente valorizadas pelo eleitorado.

2.3. Marxismo

O termo “marxismo historicamente constituído” refere-se ao resultado da fusão entre o movimento operário e a teoria revolucionária. Essa fusão não conduz necessariamente à apropriação da teoria marxista pelas organizações revolucionárias que se reivindicam marxistas. Para cada período histórico, essa fusão dá assim origem a um sistema ideológico contraditório no seio do qual se articulam as concepções do marxismo revolucionário e as concepções alheias a ele. É a partir desse sistema ideológico, sempre específico, que as organizações políticas da classe operária que se reivindicam marxistas, elaboram as “respostas” que dão aos problemas colocados pela luta de classes. Naturalmente, essas respostas são determinadas, em última instância, pelas pressões que as diferentes classes sociais exercem sobre as organizações operárias, de modo que o marxismo historicamente constituído evolui em função da própria luta de classes (Martuscelli, 2021,p.227).

O termo marxismo designa tanto o pensamento de Karl Marx e de seu principal colaborador Friedrich Engels, como também as diferentes correntes que se desenvolveram a partir do pensamento de Marx. Dessas correntes, podem se distinguir entre o marxismo (relativo aos estudos desenvolvidos por seguidores e admiradores de Marx) e o pensamento marxiano (do próprio Marx). O marxismo é, por vezes, também conhecido como materialismo histórico, materialismo dialéctico e socialismo científico (termo empregado por Engels) (Japiassú & Marcondes, 2006).

Marx & Engels (2008, p. 16) afirmam em a Ideologia Alemã que “o homem da sociedade comunista será o homem total, livre das alienações e mutações impostas pela divisão do trabalho reinante na sociedade burguesa e apto a realizar suas múltiplas potencialidades”. Marx propõe a abolição da divisão do trabalho, pois cria desigualdades sociais, uma vez que os produtos são

distribuídos de forma desigual, quer em quantidade, quer em qualidade. Para que esse propósito se tornasse realidade seria necessária a superação da propriedade privada, na qual os homens são feitos propriedade dos outros homens, na sua condição de escravos.

Os autores consideram a propriedade privada como a forma de existência do capital e que, no entanto, deve ser abolida enquanto tal, por acentuar a desigualdade entre os humanos. Marx não poupou críticas contra a acumulação desenfreada. Muito mais radical, vai longe ao afirmar que “ [...] O Homem rico é simultaneamente o homem carente de uma totalidade de manifestação humana de vida” (Marx, 2008, p. 112, cit. em Namuholopa, 2016,p.44). Propõe a substituição da propriedade privada pela propriedade comunitária. Entende que a comunidade é apenas uma comunidade de trabalho e de igualdade de salário, num mundo em que o capitalista é a própria comunidade em pleno comunismo. Para Marx, “ o comunismo é, finalmente, a expressão positiva da propriedade privada supra-sumida, acima de tudo a propriedade privada universal” (2008, p. 103).

Uma das correntes do marxismo é o leninismo. Para Japiassú e Marcondes (2006) o leninismo é uma doutrina política criada por Vladimir Lenin (1870-1924), líder da Revolução Russa, como interpretação própria do marxismo, também conhecida como marxismo-leninismo. Não sendo acabada a teoria de Marx, o leninismo preocupou-se sobretudo com a organização e a fundamentação doutrinária do Partido Comunista, tendo em vista seu papel histórico e sua função revolucionária. O corolário de Lenin visava a tomada do poder pelo proletariado como agentes da vanguarda revolucionária. Ademais, ainda hoje, há gente que escorre toneladas de tinta para criticar o marxismo e não dá conta tampouco do seu carácter humano e de suas denúncias da expropriação e alienação da força de trabalho do proletariado, que fica cada vez mais arruinado em nome do capitalismo que assume várias formas para se auto afirmar.

Há uma tendência socialista dentro do capitalismo. Ao contrário do que pregava Marx (2008), para quem o proletariado devia associar os seus instrumentos de trabalho para a produção colectiva e o fruto repartido por igual a todos os membros, os capitalistas associam o seu capital, constituindo grandes cartéis e corporações e o fruto repartido em função do volume do capital investido. Aqui nota-se claramente que os capitalistas ao associarem o seu capital visam tirar o maior proveito possível e subjagam ainda mais a classe explorada (Namuholopa, 2016, p.45).

Todas as formas de governo comprometidas com o bem-estar das suas populações terão alguma base assente nos princípios do marxismo e nunca na sua totalidade no capitalismo selvagem, pois este já provou mais de mil e uma vezes ser incapaz de criar uma harmonia social, igualdade perante os indivíduos e justiça social, criando, ao contrário, um fosso enorme de desigualdade: ilhas de riqueza, por um lado, e mares de pobreza, por outro.

Ademais, Lukács (2012, p. 68), reconstitui o marxismo como uma forma de saber umbilicalmente vinculada ao proletariado. Afinal, a única classe capaz de promover a esperada modificação social, garantindo, ao mesmo tempo, a unidade de teoria e prática, seria o proletariado (Musse, 2005, p. 386).

Nesse sentido, podemos concluir que, para este autor, o marxismo não apenas é produto da luta de classes, tendo surgido com o proletariado, como também só pode existir caso esteja relacionado à classe operária enquanto classe revolucionária. Pois o método marxista e a dialética materialista enquanto conhecimento da realidade só são passíveis do ponto de vista de classe, do ponto de vista da luta do proletariado. Abandonar essa perspectiva significa distanciar-se do materialismo histórico, do mesmo modo como adoptá-la implica directamente a participação na luta do proletariado (Lukács, 2012, p. 98).

Karl Korsch (1977) em seu livro *Marxismo e Filosofia* relaciona a perspectiva de classe com a produção do saber. A filosofia, portanto, seria uma forma de expressão de determinada época. Nesse sentido, a filosofia burguesa estaria relacionada às revoluções burguesas, ocorrendo o mesmo com o “pensamento proletário”. Ou seja, há uma relação intrínseca entre marxismo e perspectiva de classe do proletariado. Assim, Korsch (1977) explicita essa relação:

Compreenderemos que o sistema marxista, expressão teórica do movimento revolucionário da classe proletária, deve, no plano ideológico, estar para com os sistemas da filosofia idealista alemã, expressão teórica do movimento revolucionário da classe burguesa, na mesma relação em que o movimento revolucionário de classe do proletariado está para com o movimento revolucionário burguês, no domínio da prática social e política (p. 78).

Assim, o marxismo para Korsch é a expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Nesse sentido, o surgimento do proletariado foi uma das condições para que o marxismo se originasse. “Em termos hegelianos-marxistas, o aparecimento da teoria marxista não

é senão o ‘outro aspecto’ do aparecimento do movimento proletário real; os dois aspectos juntos constituem a totalidade concreta do processo histórico” (Korsch, 1977, p. 79). O autor não parte do céu a Terra, mas da realidade concreta ao pensamento, assim como preconizado por Marx e Engels (2007).

Por esse ângulo, de acordo com Korsch (1977), "no texto específico sobre a dialéctica, Marx não foi o criador do movimento proletário, mas expressou teoricamente, de forma apropriada, a consciência proletária". Nesse sentido, o autor defende que o materialismo histórico é uma teoria revolucionária que aponta para a transformação social, superando também a própria filosofia.

Haverá antes que dizer que o materialismo dialéctico de Marx e Engels, na forma em que se exprime nas 11 Teses sobre Feuerbach e nas obras da mesma época, publicadas ou inéditas, deve absolutamente ser considerado, pela sua natureza teórica, como uma filosofia: mais precisamente, como uma filosofia revolucionária que vê a sua missão enquanto filosofia em conduzir de forma efectiva a luta revolucionária contra o regime existente, que se trava simultaneamente em todas as esferas da realidade social, numa esfera determinada desta realidade, a filosofia, para, desta forma, no momento da superação de toda a realidade social existente, chegar também à superação efectiva da filosofia, que é parte integrante ainda que ideal, dessa realidade. Como diz Marx (2008): “Não podeis superar a filosofia sem a realizar” (Korsch, 1977, pp. 110-111).

Deste modo, Korsch não só define marxismo como também efectiva o seu processo analítico. Nessa perspectiva, o autor de *Marxismo e Filosofia* procura analisar historicamente o marxismo à luz do próprio marxismo. A partir disso ele consegue chegar à definição da teoria marxista enquanto expressão teórica do movimento revolucionário do proletariado. Korsch (1977) analisa o marxismo desde a sua génese até os anos de 1920. A sua abordagem é muito distinta das de Kautsky, em *As Três Fontes do Marxismo* (2002), e de Lênin, em *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo* (1985).

O único método verdadeiramente ‘materialista’ e, portanto, ‘científico’ (Marx) para uma investigação desse tipo consiste antes em aplicar a perspectiva dialéctica introduzida por Hegel e Marx no estudo da história, e que, até agora, só aplicamos à filosofia do idealismo e à teoria marxista dela nascida, também à evolução ulterior desta até os nossos dias. Quer

dizer, temos que procurar compreender todas as transformações, desenvolvimento e regressões, na teoria e na prática, dessa teoria marxista, desde a sua formação a partir da filosofia do idealismo alemão, como produtos necessários do seu tempo (Hegel) ou, mais precisamente, compreendê-las no seu condicionamento pela totalidade do processo histórico e social de que são a expressão geral (p. 90).

Em síntese, o marxismo para Korsch (1977) está ligado directamente ao movimento operário, tendo como horizonte a transformação social, considerando o proletariado enquanto classe revolucionária.

Os princípios socialistas e marxistas influenciaram vários líderes revolucionários do mundo na luta pela liberdade das suas pátrias. Tal é o caso de Moçambique que adoptou o socialismo na sua primeira República por achar ser a forma mais justa de administrar a sociedade. E nesta pesquisa, definimos o marxismo como sendo o sistema em que as classes sociais se organizam em busca pela mudança das suas condições políticas, económicas e sociais com vista a transformar a ordem vigente ou o status quo para garantir que todos tenham acesso as mesmas oportunidades.

2.4. Discussões em torno do Marxismo e Democracia

A democracia, como bem observou Martorano (2011), de fato nunca gozou de tanto prestígio e influência como actualmente, particularmente desde as últimas décadas do século XX. Praticamente tornou-se um “consenso” o seu significado reproduzido pelos jornais e outras mídias controladas pelo grande capital, que restringem a democracia aos seus aspectos formais, e sobretudo a reduzem ao sufrágio universal, o que oblitera as formas alternativas de democracia. Como o autor destaca, “a democracia tal como existe hoje seria não apenas o melhor regime político como também o único possível” (Martorano, 2011, p. 13).

A relação entre marxismo e democracia não está livre de controvérsias, uma vez que há diferentes concepções dessa vertente. A obra do próprio Marx possui críticas aos que ele chamava de “democratas”. Um número significativo de marxistas se identificou com o termo “democracia”, enquanto “pós-marxistas” se voltaram ao conceito de “democracia radical” (Wolff, 2009, cit. em Albrecht, 2019,p.10).

Contudo, a questão da democracia no marxismo, e a sua crítica à democracia moderna (burguesa), não foi menosprezada desde o seu nascedouro, nas obras de Marx. Pelo menos como Marx definiu

a democracia: não enquanto uma forma de governo, como já faziam os gregos a partir de Heródoto, noção depois retomada pelos modernos.

Uma das questões centrais no marxismo refere-se à relação entre classes e Estado. Como o imaginário em torno da palavra “democracia” está associado à ideia de “governo do povo”, as formas de interacção da sociedade com o Estado são importantes para compreender a democracia. Embora seja uma corrente bastante heterogénea, é possível dizer que há um eixo no marxismo, percebido em conceitos-chave, notadamente “classe”, “exploração” e “Estado” (Albrecht, 2019,p.13).

Deste modo, pode-se perceber que a problemática da democracia em Marx (e no marxismo) tem como tela a questão do Estado, particularmente as diferenças entre o Estado capitalista e o Estado no período de transição pós-revolução (ou no período socialista) (Motta, 2014, p.19).

O marxismo questiona a possibilidade de haver igualdade política em uma sociedade marcada por desigualdades sociais. A crítica central à chamada “democracia burguesa” reside na discrepância entre os mecanismos formais e as oportunidades reais. Quando o sufrágio tornou-se universal, várias pessoas adquiriram acesso ao procedimento, mas sem as condições necessárias para efectivá-lo (Przeworski, 2009). O sufrágio pode ser visto como elemento de emancipação política, mas esta é apenas o primeiro passo para emancipação completa, possível somente com uma mudança na ordem social (Marx, 2005). Marx apresenta uma crítica radical à democracia da burguesia, na qual o Estado tem como base a sociedade burguesa.

Contrariamente à perspectiva liberal-pluralista, a democracia para Marx consiste em mais que um conjunto de procedimentos; deixa de ser uma forma constitucional, e a própria distinção entre sociedade e Estado é diluída. No pensamento de Marx, a dicotomia entre democracia directa e democracia participativa é irreal, visto que se baseia em uma distinção abstracta entre Estado e sociedade (Springborg, 1984).

A autonomia do Estado em relação à classe burguesa varia na obra do próprio Marx e conseqüentemente nas obras marxistas que o seguiram, significando braço repressivo da burguesia ou instrumento com diferentes graus de autonomia (Hay, 1999). Em linhas gerais, porém, o marxismo aponta maior abertura do Estado burguês a alguns grupos específicos, e ou a classes ou fracções de classes dominantes, seja devido a um mecanismo estrutural, seja devido à própria

constituição do Estado. Mesmo que abordem razões distintas, os autores tratam do mesmo problema: a abertura diferencial do Estado, supostamente neutro, a interesses específicos (capitalistas) na sociedade (Poulantzas, 2000).

Portanto, o marxismo (ou a ciência da história), com efeito, tem uma relevante contribuição à problemática do Estado, e à redefinição do significado dos conceitos de ditadura e de democracia, desde os clássicos como Marx, Lênin, Kautsky e Luxemburgo, até os mais recentes como Althusser e Poulantzas.

Balibar (1975) tem razão quando afirma que a teoria de Marx não é um sistema, assentado num fundamento filosófico. Daí não estar acabada. Ademais, a exposição de sua teoria não tem um começo absoluto no seu conjunto, nem em cada uma das suas partes (por exemplo, na parte “económica” que O capital expõe).

No entanto, isso não significa que a teoria de Marx não seja sistemática no sentido científico, i.e., que não defina o seu objecto de estudo de forma a explicar-lhe a necessidade objectiva. O que confere à teoria de Marx o seu carácter sistemático, neste sentido, é a análise das diferentes formas da luta de classes e da conexão entre elas. Por isso, a problemática do Estado, e a da ditadura e da democracia, só pode ser definida a partir dos conflitos de classes que lhe dão o seu conteúdo, e demarcam as formas distintas de Estado. Bobbio tem razão quando afirma que Marx tem uma carga de originalidade por ser o primeiro escritor político que une uma concepção realista do Estado a uma teoria revolucionária da sociedade e do Estado (Bobbio, 1991, p. 29).

O debate a respeito da democracia, e do papel do Estado, e sobre qual a estratégia para a construção do socialismo – pela via reformista ou revolucionária –, marcou o cenário marxista na virada de século e durante as duas primeiras décadas do século XX. A contenda girou em torno das seguintes questões, não obstante elas se cruzassem: o socialismo poderia se constituir pelas reformas políticas, sociais e económicas, ou pela via da revolução “explosiva”, de rupturas? Esse tema marcou a polémica entre Eduard Bernstein e Rosa Luxemburgo. A segunda questão diz respeito a se a democracia é um valor universal (o “método” democrático) em oposição à ditadura, ou se a ditadura do proletariado é uma forma de democracia popular, ou de democracia de massas. E se for, qual é o nível de participação daqueles que se opõem ao grupo dirigente? Essa questão

envolveu directamente Lênin e, na sua oposição à direita, Kautsky, e à sua esquerda Rosa Luxemburgo (Motta, 2014,p.22).

Passados mais de dez anos desse debate, que marcou a virada para o século XX, mais uma vez a polémica sobre a ditadura do proletariado e o conceito de Estado é retomado, agora a partir da vitória da Revolução Russa de 1917. A tomada do poder pelos bolcheviques, e a implantação da ditadura do proletariado, acabou por concretizar a cisão entre os socialistas e comunistas, ou entre os reformistas e os revolucionários, iniciada a partir da Primeira Grande Guerra, em 1914.

O texto de Kautsky "A ditadura do proletariado", de 1918, é uma dura crítica aos primeiros momentos da Revolução Russa, e retoma em grande medida as posições de Bernstein na defesa da democracia em oposição à ditadura, embora não associe o socialismo ao liberalismo como fez este último. Há para Kautsky uma intensa oposição ao que ele denomina de “método democrático” do “método ditatorial”, além da avaliação positiva sobre a Comuna de Paris em relação à Revolução Russa. A posição central de Kautsky é a de que o socialismo é impensável sem a democracia. Assim como Bernstein, Kautsky tem a crença no sufrágio universal, o qual permitiu às “classes sociais mais baixas do povo tomar a palavra” (Kautsky & Lênin, 1979, p. 20). É a democracia que fornece o indicador mais seguro da maturidade do proletariado.

Essa posição de Kautsky foi incompatível com a de Lênin. E essa ruptura entre socialistas e comunistas abriu uma ferida que nunca foi cicatrizada até os dias de hoje. A demarcação de Lênin em relação à ruptura revolucionária e a constituição da ditadura do proletariado representaram a defesa das posições políticas do Marx maduro³. Lênin (1978), em O Estado e a revolução, escrito um pouco antes da vitoriosa revolução de Outubro de 1917, retoma os argumentos políticos centrais de Marx e Engels sobre o papel do Estado. Além de surgir a partir das contradições de classe, o Estado é um órgão de dominação de classe e cabe a ele a função repressora sobre as classes subalternas. Daí a necessidade de substituir o Estado capitalista pelo Estado de transição, com o escopo de extingui-lo, e consequentemente a democracia, já que esta é uma forma de Estado.

Isto porque, em uma sociedade comunista e genuinamente democrática, o Estado não é mais necessário, visto que se trata de uma sociedade sem classes. Sem o factor que justifique sua

³O termo “Marx maduro” é empregado por Lênin em O Estado e a revolução, na tradução portuguesa (Lênin, 1978, p. 237).

existência – a representação da classe burguesa, a tomada do Estado pelo ser genérico, o proletariado, implica o desaparecimento do Estado como o conhecemos (Lênin, 2007).

Nesse sentido, o proletariado é o agente da transformação, porque não simboliza apenas uma classe específica, mas um “ser genérico”, encarnando o que define o “ser humano”, e ou a capacidade de produzir (Tavares, 2014). Além disso, o termo designa os excluídos, os “fora da sociedade, fora da lei”.

Dessa forma, a tomada do poder pelo proletariado representa o fim das distinções de classe e a possibilidade de emancipação humana real, com a abolição da exploração e a instauração de uma “democracia verdadeira”. A igualdade formal é criticada novamente, ao passo que a igualdade política real é entendida como participação efectiva e controle dos trabalhadores nas decisões públicas. O que está em discussão aqui é a relevância de uma democracia económica, na qual os trabalhadores se vejam livres da exploração. De forma lógica, as críticas usais ao marxismo se aplicam em algum nível ao entendimento marxista sobre democracia: dificuldades relacionadas à transição, incluindo definir se o uso da violência é imprescindível ou não; determinismo da origem da forma política na económica; e crença histórica na evolução em direcção ao socialismo (Pierson, 1986).

Não há princípio universal de democracia no entender de Lênin apoiado nos textos de Marx e Engels, e isso o coloca num campo diametralmente oposto ao de Kautsky. Para o marxismo, a pergunta sobre a democracia seria “para que classe?”, e tampouco a ditadura é um conceito geral, já que haveria distinções entre uma ditadura revolucionária em relação a uma ditadura reaccionária, ou conservadora. A ditadura não é uma forma de governo, como também a democracia, já que há uma distinção para Lênin entre o que é a democracia burguesa e os seus limites em relação à democracia revolucionária na qual haja uma ampla participação dos sectores subalternos a partir da formação de novas formas de práticas políticas. Como observa Lênin, “não é de modo algum a mesma coisa (Rosanvallon, 2011, p. 116).

Sobretudo, liberais criticam o autoritarismo da “ditadura do proletariado”, a qual, porém, possui outro entendimento no marxismo: não se trata de “ditadura” no sentido de regime autoritário, mas em termos de período transicional. Ainda assim, uma transição violenta e imposta levanta questionamentos acerca da compatibilidade entre marxismo e democracia, visto que democracia

pressupõe igualdade em decidir e liberdade de se expressar. A própria centralização dos meios de produção no Estado suscita críticas, uma vez que na prática pode servir para concentrar poder nas mãos de dirigentes. Há dúvidas, portanto, sobre “como” operacionalizar o caminho até a democracia real (Albrecht, 2019,p.17).

A ditadura do proletariado para Rosa Luxemburgo, distintamente da dominação de classe burguesa que não requer a formação nem a educação política de toda a massa do povo, necessita da intensa mobilização e participação popular. Como afirma Rosa, é o seu elemento vital, o ar sem o qual não pode viver (Luxemburgo, 2011, p. 205).

Tal como mostra a máxima extraída em seu texto “A revolução russa: “Liberdade somente para os partidários do governo, somente para os membros de um partido, por mais numerosos que sejam, não é liberdade”, e não pode ser confundida, ou distorcida, por uma tomada de posição liberal. A diferença em relação à democracia liberal moderna fica clara nessa passagem:

"Se a vida pública dos Estados de liberdade limitada é tão medíocre, tão miserável, tão esquemática, tão infecunda, é justamente porque, excluindo a democracia, ela obstrui a fonte viva de toda a riqueza e de todo progresso intelectual. (...) É preciso que toda a massa popular participe. Senão o socialismo é decretado, outorgado por uma dúzia de intelectuais fechados num gabinete. (...) A prática do socialismo exige uma transformação completa no espírito das massas, degradadas por séculos em vez de instintos egoístas; iniciativa das massas em vez de inércia; idealismo, que faz superar todos os sofrimentos" (Luxemburgo, 2011, pp. 207-208).

A consequência dessa ausência de participação das massas é o fortalecimento do poder da burocracia partidária e estatal, formando uma ditadura burguesa de corte jacobino, e tornando-se um dique de contenção ao crescimento da vida pública (de participação política). O erro da posição de Lênin-Trotsky consiste precisamente em opor, tal como Kautsky, a ditadura à democracia. Enquanto Kautsky decide naturalmente pela democracia, e pela democracia burguesa, Lênin e Trotsky se decidem pela ditadura em oposição à democracia e, assim, pela ditadura de um punhado de pessoas e ou, pela ditadura burguesa. Segundo Rosa, são dois pólos opostos, ambos igualmente muito afastados da verdadeira política socialista. Para ela, a ditadura do proletariado é o

desenvolvimento máximo da democracia, sem parâmetros com a democracia moderna burguesa (Motta, 2014, p.25).

Portanto, o marxismo trata do proletariado como agente de transformação porque a classe proletária é a categoria que encarna o sofrimento humano.

O tema da ditadura do proletariado, ou da via democrática do socialismo, de fato retornou com intensa força em meados dos anos 1970 na Europa, sobretudo na Itália e na França, com a participação de intelectuais vinculados aos partidos comunistas e socialistas, e das pequenas agremiações revolucionárias. Participaram desse debate Norberto Bobbio, Pietro Ingrao, Santiago Carrillo, Enrico Berlinguer, Valentino Gerratana, Rossana Rossanda, Christine Buci-Glucksmann, Luciano Gruppi, Lucio Lombardo Radice, Bernard Edelman, Giacomo Marramao, David Kaisergruber, Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, entre outros. No entanto, o destaque maior foi o debate interno no marxismo althusseriano entre os defensores da ditadura do proletariado, Althusser e Balibar, e o mais consistente defensor do socialismo democrático, Nicos Poulantzas (Motta, 2014,p. 26).

Esse debate, que ultrapassou as fronteiras da Europa, foi principalmente motivado, a partir do sucesso eleitoral do Partido Comunista Italiano, por sua defesa do socialismo pela via democrática parlamentar, cuja posição influenciou os demais partidos comunistas europeus, particularmente o francês e o espanhol, e por sua autonomia diante das posições políticas da URSS.

Esse fenômeno foi denominado de “eurocomunista”. “Eurocomunismo”, com efeito, é um termo vago que abrange diferentes posições dos partidos comunistas europeus, e uma associação ao socialismo democrático, embora a concepção de socialismo democrático estivesse presente em outros partidos, como os socialistas da Itália e da França. Como observa Bob Jessop, há duas tendências no eurocomunismo, uma de direita e outra de esquerda. A tendência mais à direita tende a ver a transição democrática ao socialismo como gradual a progressiva, baseada numa aliança de classes antimonopolista sob a liderança do Partido Comunista, sem transformação dos aparatos de Estado, haja vista que os concebem enquanto instituições neutras, no fortalecimento do parlamento no controle sobre o Estado e a economia, e na incorporação dos sindicatos na formulação do planejamento econômico (Motta, 2014,p.27).

Em suma, essa tendência, vê o socialismo democrático como uma longa e vagarosa marcha por meio das instituições da sociedade política e civil. Já a posição de esquerda do eurocomunismo tende a ver a transição como uma longa série de rupturas, com base nacional-popular, numa ampla aliança que envolva tanto os novos movimentos sociais como uma união de classes organizada de modo plural. Além disso, compromete-se profundamente com as transformações dos aparatos estatais como parte do processo democrático e a reestruturação do Estado e da economia a partir de uma democracia de base, da autogestão e da unificação de um fórum parlamentar (Jessop, 1985, p. 297-298).

Essa posição da tendência mais reformista fica clara nesta passagem do artigo de Berlinguer sobre sua crença das instituições democráticas: “A primeira necessidade baseia-se em assegurar o correcto e normal funcionamento das instituições democráticas e em garantir um clima cívico na luta política” (Berlinguer, 1977, p. 69).

O livro de Santiago Carrillo “Eurocomunismo” e Estado, de 1977, é certamente a exposição mais sistemática do eurocomunismo na sua vertente mais reformista. Nesse livro, Carrillo traça as principais posições do chamado “eurocomunismo” perante a democracia e a ditadura do proletariado. Sua posição é clara na defesa da democracia como valor universal e do Estado democrático expressando os anseios do “povo”, e não mais das classes sociais, o que confere ao Estado uma acepção próxima das perspectivas institucionalistas:

Um Estado democrático deve caracterizar-se pela descentralização, de forma que a administração opere com mais flexibilidade, mais perto e mais de acordo com a vontade dos governados. Um tipo de Estado deste género poderá ser transformado com maior facilidade num Estado apto a chegar ao socialismo por uma via democrática; num Estado mais facilmente controlado pelos eleitos do povo; e, por conseguinte, num Estado mais protegido frente às contingências de um golpe de força. (...) Essa concepção do Estado e da luta pela sua democratização pressupõe a renúncia, em sua forma clássica, à ideia de um Estado operário camponês (Carrillo, 1978, p. 67).

O contraponto a essa perspectiva mais branda está nas posições de Pietro Ingrao, que representava a ala esquerda do “eurocomunismo”. Sua posição difere da dos demais na medida em que propõe

que as acções das massas num sistema democrático visam à reinvenção das instituições, e não apenas à manutenção destas:

Diria que, quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases económicas da velha ordem, e a luta – eis um ponto decisivo – para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado. (...) [A] experiência vivida nos países de capitalismo maduro mostra-nos que a expansão da democracia em todos os níveis é hoje uma condição para enfrentar os novos modos de penetração e dominação do capital monopolista para romper seu sistema de alianças e encaminhar a construção de um novo bloco de poder; nisso é que reside o nexos profundo, para nós, entre luta democrática e luta socialista (Ingrao, 1980, p. 112, grifos da autora).

Do exposto acima, o que queremos destacar aqui é que a democracia moderna não pode ser compreendida sem as ideias e as lutas da tradição democrático - socialista, visto que um dos pontos importantes na relação entre marxismo e teoria democrática se refere à ênfase na classe social.

Como mencionado anteriormente, a classe constitui historicamente um elemento importante na compreensão do regime democrático, pois proletariado, é o agente de transformação porque a classe proletária é a categoria que encarna o sofrimento humano, e estes são os que contribuem de forma significativa para a institucionalização da democracia, e por isso deve-se dota-los de capacidades e oportunidades socioeconómicas para participar nos processos de decisão pública e na vida política em geral.

2.5. Marco Teórico

2.5.1. Teoria Neo- institucionalista

O termo “neo-institucionalismo” é utilizado na ciência política para designar uma perspectiva teórica que atrai muita atenção e também certas críticas. Reina, contudo, grande confusão no que concerne ao sentido preciso do termo, às diferenças que o distinguem de outros procedimentos, e ao tipo de esperanças e de problemas que ele suscita. Uma grande parte da confusão que cerca o neo-institucionalismo desaparece quando se admite que ele não constitui uma corrente de pensamento unificada. Ao contrário, existem pelo menos três métodos de análise diferentes, todos

reivindicando o título de “neo-institucionalismo”, nomeadamente: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico (Hall & Taylor, 2003, p.193).

Os partidários da perspectiva “calculadora” ou racional postulam que os indivíduos buscam maximizar seu rendimento adoptando um comportamento estratégico, onde eles examinam todas as escolhas possíveis para seleccionar aquelas que oferecem um benefício máximo. Enquanto a perspectiva “cultural” defende que o comportamento jamais é inteiramente estratégico, mas limitado pela visão do mundo próprio ao indivíduo. Ela enfatiza o fato de que os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento. Ela tende a considerar os indivíduos como *satisficers* mais do que como *optimizers* em busca da maximização da sua utilidade. Para estes as instituições fornecem modelos morais e cognitivos que permitem a interpretação e a acção. Não somente as instituições fornecem informações úteis de um ponto de vista estratégico como também afectam a identidade, a imagem de si e as preferências que guiam a acção (Hall & Taylor, 2003, p.193).

O institucionalismo histórico, desenvolveu-se como reacção contra a análise da vida política em termos de grupos e contra o estruturo-funcionalismo que dominavam a ciência política nos anos 60 e 70. Os teóricos do institucionalismo histórico recorrem a perspectiva “calculadora” e perspectiva “cultural” quando tratam da relação entre instituições e acções na sua análise.

Uma questão crucial para toda análise institucional tem a ver com a forma: como as instituições afectam o comportamento dos indivíduos, afinal, é em última análise por intermédio das acções de indivíduos que as instituições exercem influência sobre as situações políticas. As instituições segundo essa perspectiva afectam os comportamentos em primeiro lugar ao oferecerem aos actores uma certeza mais ou menos grande quanto ao comportamento presente e vindouro dos outros actores. Mais precisamente, as instituições podem fornecer informações concernentes ao comportamento dos outros, aos mecanismos de aplicação de acordos, às penalidades em caso de defecção, etc. Mas o ponto central é que elas afectam o comportamento dos indivíduos aos incidirem sobre as expectativas de um actor dado no tocante às acções que os outros actores são susceptíveis de realizar em reacção às suas próprias acções ou ao mesmo tempo que elas (Hall & Taylor, 2003,p. 197).

2.5.2.Pressupostos básicos

- Existe uma relação entre as instituições e o comportamento individual em termos muito gerais. As instituições, embora reconhecendo que o comportamento humano é racional e orientado para fins, ele enfatiza o facto de que os indivíduos recorrem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingir seus objectivos;
- Consideram as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento natural das instituições. Contudo, prestaram atenção ao modo como as instituições repartem o poder de maneira desigual entre os grupos sociais;
- Tendem a formar uma concepção do desenvolvimento institucional que privilegia as trajectórias, as situações críticas e as consequências imprevistas; vinculam-se estreitamente a uma concepção particular do desenvolvimento histórico. A causalidade social depende da trajectória percorrida, *path dependent*;
- Combinam explicações da contribuição das instituições à determinação de situações políticas com uma avaliação da contribuição de outros tipos de factores, como as ideias, a esses mesmos processos. (Hall & Taylor, 2003,pp.194-202)

Para esta pesquisa utilizou-se a teoria do neo-institucionalismo histórico, pois para compreender a influência do marxismo no processo de construção da democracia em moçambicana é importante compreender estes fenómenos por meio das suas trajectórias histórica, ou seja, através do "path dependent".

A ideia do path dependent trazida por Taylor & Hall (1996) explica a influência no marxismo no processo de construção da democracia moçambicana na medida em que vai nos permitir olhar para a trajectória de cada um destes processos e a suas implicações para a institucionalização da democracia em Moçambique.

Partindo deste pressuposto pode-se confirmar se os elementos da ideologia marxista-leninista adoptados pela FRELIMO na época de luta colonial, nomeadamente o centralismo político e governativo, que foi transportado para a época pós-colonial se fazem sentir até hoje e quais as implicações disto. Através destes elementos podemos compreender se as políticas e práticas

adoptadas pela FRELIMO inspiradas pelo marxismo influenciaram no processo de construção da democracia durante a vigência da primeira República ou se ela constitui um desafio para a institucionalização da democracia em Moçambique na actualidade.

Capítulo III: Metodologia

Marconi & Lakatos (2010), entendem Metodologia como a explicação minuciosa, detalhada rigorosa e exacta de toda a acção desenvolvida no método e o caminho do trabalho da pesquisa. É a explicação do tipo da pesquisa, do instrumento utilizado, do tempo previsto, dos pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento de dados enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa para chegar aos objectivos propostos.

3.1. Tipo de Pesquisa Quanto a abordagem

A pesquisa quanto a abordagem é Qualitativa. (Silva e Menezes, 2001, p.36), “Quanto a abordagem qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números; portanto, o que se pretende com a pesquisa é apenas compreender o fenómeno em estudo e descartar a quantificação de dados colectados ao longo da pesquisa”, no caso mais concreto buscou-se esclarecimentos sobre as causas que condicionam a institucionalização da democracia no estado moçambicano olhando para a influência da ideologia marxista adoptada pela Frelimo em 1977 mas que se repercutiu no pós -independência em 1975 no processo de construção do estado nacional.

Com a introdução da Constituição Multipartidária de 1990, várias instituições foram criadas e consolidadas. Foi notório que neste período, o país conseguiu alguns avanços que permitiu a criação de espaços de participação para todos os cidadãos em geral, mas esses espaços criados estão cada vez mais sendo controlados e asfixiados pelo sistema de partido dominante instalado no país. Portanto, é necessário explicar em que medida o marxismo contribui ou influencia para a construção deste cenário, buscando olhar para a institucionalização da democracia moçambicana, tendo em conta os aspectos constitucionais, atitudinais e comportamentais.

A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de dados estatísticos. O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

3.1.2. Quanto aos objectivos

A Pesquisa é de carácter Descritiva porque procura descrever a situação política moçambicana e a sua influência na convivência democrática e qualidade de vida dos cidadãos deste país. Envolve o uso de técnicas padronizadas de colecta de dados; questionário e observação sistemática. (Flick, 2005).

3.1.3. Quanto a Natureza

Quanto a natureza a pesquisa é do tipo básica porque procura gerar conhecimento para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais que é o caso da situação democrática em Moçambique desde 1990 até 2014.

3.2. Método da Pesquisa

Usou-se o método indutivo ou de estudo ou abordagem dos fenómenos que caminha para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias mais gerais. No raciocínio indutivo a generalização deriva de observações de casos de realidade concreta. As constatações particulares levam a elaboração de generalidades (Gil, 1999; Lakatos & Marconi, 1993).

Assim sendo, neste estudo abordou-se uma série de problemas, como (a falta de transparência quanta a linha divisória entre o Estado e Partido, a não separação de poderes e o controle dos canais de participação dos cidadãos), de forma a compreender em que medida esses factores advêm da ideologia marxista e como é que esses factores acabam prejudicando o funcionamento do regime democrático em Moçambique, e que estratégias adoptar com vista a reverter essa situação ou ao menos minimizar.

A compreensão destes elementos leva-nos as respostas para as questões sobre a origem e objectivo para democratização do estado Moçambicano e de que forma o Marxismo – Leninismo influencia na democratização do Estado Moçambicano.

3.2.1. Participantes da Pesquisa

Para a realização da pesquisa foram identificados os grupos que poderiam ser fontes de recolha de informação relevantes sobre a questão do marxismo e democracia em Moçambique, neste caso foram escolhidos como participantes da pesquisa os membros de Partidos Políticos, académicos e cidadãos da sociedade civil.

Nesse caso, foram entrevistados os indivíduos que podiam fornecer e dar informações relevantes de acordo com os objectivos traçados, és a razão pela qual escolhemos os partidos políticos (Frelimo e Renamo) (esses porque vivenciaram a transição política em Moçambique), Os Académicos (pelo conhecimento na base das experiências por eles estudadas sobre o assunto em questão) e Sociedade Civil (que ajudou a discutir imparcialmente a problemática do estudo).

Nesta senda foram submetidos a entrevista uma média de 06 pessoas de um total de 10. Dos quais:

- ✓ 2 Membros dos partidos Frelimo e Renamo, que foram figuras centrais do processo de introdução da democracia e do multipartidarismo em Moçambique;
- ✓ 2 Académicos e
- ✓ 2 Membros da sociedade Civil

A estes foram colocadas questões sobre o processo de luta pela independência, a adopção do marxismo e suas implicações, a introdução dos princípios democráticos e a situação política, social e actual do país no tocante aos elementos como a relação entre o partido governante e os partidos da oposição, a sociedade civil, a relação partido- estado, como objectivo de colher informações que auxiliassem a comparar os dados fornecidos pelas teorias com as questões práticas e concretas sobre a realidade moçambicana. Estas informações foram úteis para a discussão do assunto de interesse da dissertação de forma imparcial e olhando para todos os pontos de vista passíveis de conduzir a pesquisa de acordo com a realidade e especificidades do estudo.

3.3.1. Técnicas de Recolha de Dados

Para a presente pesquisa, as técnicas de recolha de dados que foram usadas são as seguintes: análise dos documentos; de bibliografias; e a entrevista. Ora, partindo do pressuposto que entrevista serve para obtenção de informações de um entrevistado, sobre determinado assunto ou problema, pelo que, para alcançar os nossos objectivos específicos usamos a entrevista semi-estruturada, pois a mesma contem sugestões de perguntas e dicas a serem usados pelo pesquisador para garantir que todos os tópicos de interesse serão abordados.⁴

⁴ Nesta tipologia de entrevista, o entrevistador tem um conjunto de questões previstas, mas mantém liberdade para colocar outras cujo interesse surja na realização da entrevista. Alves (2012).

Neste caso, a pesquisa foi elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos periódicos com material disponibilizado na internet, que versam sobre a democracia e o marxismo em Moçambique, e a relação entre ambos fenómenos.

E em segundo, foram usadas as entrevistas semi-estruturadas que contribuíram para a recolha de dados aos diversos intervenientes desde os membros dos partidos políticos, os académicos e a sociedade civil. Neste âmbito, Flick, defende que as entrevistas semi-estruturadas caracterizam-se pela incorporação de perguntas mais ou menos abertas que permitem uma interacção mais aberta entre os interlocutores. Além de que, as entrevistas semi-estruturadas permitem que o entrevistado responda livremente as questões que lhe são colocadas e permitem obter os pontos de vistas diferentes (Flick, 2008).

Portanto, foi elaborado um guião de entrevistas que foi dirigido aos partidos Frelimo e Renamo, e os académicos e a sociedade civil, com vista a colher informações sobre a questão do marxismo e da democracia em Moçambique.

3.4.1. Técnicas de análise dos resultados

Análise diagnóstica: Enquanto a descritiva busca detalhar ao máximo o resultado, em busca de uma informação específica, a análise diagnóstica tem o objectivo de obter um conhecimento mais geral, neste caso fez se uma analise detalhada de todos os elementos ligados a situação da democracia em Moçambique, e o marxismo.

3.4.2. Técnicas de Validação dos Resultados

A técnica usada foi a triangulação. Segundo Creswell (2003, cit. em, Oliveira, 2002), “a técnica de triangulação pode ser usada para validar os dados por meio da comparação entre fontes de dados distintas, examinando-se a evidência dos dados e usando-os para construir uma justificativa para os temas” (p.54).

Para este caso, fez-se um cruzamento de dados colectados através da entrevista semi-estruturada, com as teorias discutidas no referencial teórico.

3.5. Questões Éticas

A realização de qualquer trabalho de investigação implica por parte do investigador a observância de princípios éticos, geralmente aceite pela comunidade envolvida na investigação. Daí que por

razões óbvias todo o processo de entrevista e observação foram acauteladas todos os princípios éticos para não entrar em conflito com os princípios universais, a lei moçambicana e orientações feitas pelo comité bioético da Zambézia. Os exultados foram apresentados de uma forma codificada de acordo com o pesquisador para garantir o principio de sigilo dos participantes na pesquisa

Capítulo IV: Análise, Apresentação e Discussão dos Resultados

4.1. Contexto histórico da luta pela independência em Moçambique

Moçambique situa-se no sudeste da África e possui uma superfície de 799.380 km², banhado pelo Oceano Índico e fronteiro a Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue, Suazilândia e África do Sul. Possui 11 províncias e sua capital é Maputo. Moçambique foi inicialmente colonizado pelos portugueses, no advento das grandes navegações do século XV e, no decorrer do processo colonial, tornou-se um entreposto do comércio de pessoas escravizadas na rota ultramarina portuguesa, constituindo uma colónia de exploração (Fernando, 2020, p.123).

Entretanto, foi somente com a conferência de Berlim, em 1885, que houve a deliberação de que as potências só poderiam reivindicar as suas colónias para si, se tivessem uma efectiva ocupação do território. Nesse momento, o poderio português se assentou definitivamente em Moçambique. Assim sendo, a partir deste período, pode-se verificar a presença mais significativa dos portugueses no território moçambicano e a sua designação como uma colónia de povoamento. Esta situação, como era de se esperar, acarretou vários constrangimentos e diferentes formas de exploração da população natural da região, considerada nativa (Fernando, 2020, p.124).

Frisa-se que a sociedade moçambicana, no período inicial do processo de libertação, era dividida nas seguintes categorias: brancos descendentes de portugueses, negros assimilados e negros considerados como indígenas ou nativos. Realça-se, contudo, que as coerções sofridas pelos negros naturais ou assimilados não se diferenciavam substantivamente, facto este que gerou, ao longo do século XX, um desejo muito forte de luta pela libertação nacional (Mondlane, 1995).

Embora o século XX tenha sido palco de inúmeras transformações, ganhando a denominação de era dos extremos, Portugal parecia cristalizado em suas velhas estruturas sociais tradicionais, petrificado ainda mais pela cruel e imóvel ditadura salazarista. No período de Salazar, ocorreu o fim de Segunda Guerra Mundial, bem como a divisão do mundo entre os blocos de países socialistas e capitalistas, assim como o início do processo de descolonização da África inglesa e francesa. Portugal, porém, continuava inerte (Fernando, 2020, p.125).

Também, neste período, começou a ser gestada a construção de um novo pensamento político pelos próprios africanos, cujo intuito era politizar e fomentar um futuro movimento de libertação. Pode-se demarca-lo de acordo com os seguintes factos e eventos: 1) primeiramente, em 1945, realizou-

se o V Congresso Pan-africano, em Manchester, com a participação de delegados africanos, no qual foram alinhadas as directrizes de um programa de acção para a independência e a criação de uma organização para actuar pela independência da África Colonial; 2) posteriormente, em 1957, criou-se o Movimento Anti-Colonial (MAC), em Paris, por Amílcar Cabral e outros expoentes da luta nacionalista (Franco, 2009).

Quanto às lutas específicas das colónias portuguesas, pode-se pautar o movimento nacionalista nos seguintes marcos: 1) em 1960, o MAC foi alargado na II Conferência dos Povos Africanos, dando origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência das Colónias Portuguesas (FRAIN); 2) houve a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), agrupando os movimentos de libertação da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), Angola (MPLA), Moçambique (UDENAMO) e São Tomé (CLST). Esta II Conferência dos Povos Africanos realizou-se em 1961, passando a representar um centro de unidade entre os movimentos de libertação das províncias portuguesas (Franco, 2009).

Pode-se dizer que uma das figuras mais eminentes deste processo de formação do pensamento nacionalista é o guineense Amílcar Cabral, que se destacou como o grande ideólogo da libertação das colónias portuguesas, influenciando muito o processo de gestação da luta armada em Moçambique. Torna-se importante, ainda, salientar que a crítica de Cabral enfatizava os seguintes aspectos acerca do neocolonialismo: a) destruição parcial, em geral acompanhada da fixação mais ou menos volumosa de uma população exótica; e b) conservação aparente, condicionada pela confinamento da sociedade autóctone a áreas ou reservas próprias e geralmente desprovidas de possibilidades de vida, acompanhada da implantação massiva da população exótica (Comitini, 1980).

Portanto, a crítica de Cabral era uma fórmula perfeita para o processo de libertação nacional que almejavam os africanos, uma vez que começavam decididamente a se organizar para se desprenderem de suas metrópoles. Igualmente, destaca-se que, além da figura emblemática de Cabral, também o movimento nacionalista contou com a presença do moçambicano Eduardo Mondlane, professor universitário nos Estados Unidos e, posteriormente, funcionário das Nações Unidas, que acabou tornando-se o principal dirigente e mentor da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) (Fernando, 2020, p.124).

As origens da FRELIMO remontam às negociações entre a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), a Mozambique African National Union (Manu) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (Unami), com vistas a integrar esforços na luta ante a empresa colonial. Desde o I Congresso da FRELIMO (1962), se tornou evidente que o movimento deveria se contrapor a toda forma de colonialismo (o inimigo externo) e às ameaças contra a unidade popular moçambicana (o inimigo interno). Em outras palavras:

(...) O significado essencial do I Congresso é duplo: o I Congresso estabeleceu uma plataforma justa, capaz de unir todos os patriotas moçambicanos; o I Congresso fixou como objectivo central da FRELIMO, a libertação da Pátria e determinou a estratégia e a tática para atingirmos esses objectivos (...). O I Congresso definiu o papel fundamental da unidade no processo de libertação nacional; ela provou que a divisão era a causa maior do fracasso da resistência histórica ao colonialismo. O I Congresso é, pois, Congresso da UNIDADE (FRELIMO, 1977 cit. em Luís, 2005, p. 24).

A agenda civilizatória da FRELIMO implicava forjar o “homem novo”, nascido das tradições tribais, mas educado na luta pela libertação. O “homem novo” deveria ser o avatar de um novo tempo, no qual ciência, nacionalismo e comunitarismo iriam guiar a prática política e social. Contudo, o ambiente de guerra civil gerou uma espiral de suspeitas no qual as divergências tendiam a ser interpretadas como traição à luta e afronta ao centralismo implantado na gestão da revolução em curso (Fernando, 2020, p.128).

Na óptica de Coelho (2019), "os congressos da FRELIMO deram luz ao chamado “Roteiro da Libertação” que explicita o trajecto do empreendimento nacionalista que produziu a independência moçambicana. A cada nova fase, uma nova crise, uma nova alternativa sempre tendo o nacionalismo como norte". Diante da irredutibilidade do colonizador, a alternativa básica da FRELIMO consistiu em agregar forças e caminhar para a luta armada. O enfrentamento do inimigo colonial não se deu sem ocasionar fracturas internas, donde emergiram cisões e novos agrupamentos. Cabe destacar que o 2º Congresso da FRELIMO, ocorrido em 1968, marcou a prevalência do segmento pró-guerra popular e a revolução seguiu seu curso.

Sob a direcção de Eduardo Mondlane, ocorreu o início do processo de luta armada em Moçambique. No entanto, Mondlane é assassinado, em 1969, por agentes da PIDE. Em seu lugar, é nomeado Samora Machel como o novo presidente da FRELIMO e será ele quem conduzirá com sucesso o processo de luta armada em Moçambique. Deve-se reconhecer que Samora Machel conseguiu criar uma amálgama de ideologia ancorada no marxismo-leninismo, a qual embaçou a luta da FRELIMO (Duarte & Figueiredo, 2020).

Com a direcção de Samora Machel, as políticas de carácter marxista-leninista começaram a ser implementadas pouco a pouco dentro da guerrilha e nas zonas libertadas. Essas políticas ganharam campo com a criação de cooperativas, e o marxismo leninista frelimista chegou ao seu auge em 1977, depois da independência, com a emanção das políticas do desenvolvimento, que resultaram na criação de aldeamento campo de redução e mais tarde, em 1983, operação produção (Duarte & Figueiredo, 2020).

As operações da FRELIMO começaram no dia 25 de Setembro de 1964, com o ataque a vários pontos administrativos e militares na província de Cabo Delgado. A força militar de combatentes moçambicanos, após o treinamento na Argélia, possuía um recuo estratégico na Tanzânia, que também servia como posto de treinamento, ou, melhor dizendo, na expressão dos moçambicanos, era um “Centro de Formação do Homem Novo” (Visentini, 2013, p. 361).

De acordo com Cabaço (2007), "existia uma dinâmica intrínseca entre o tempo e o espaço físico na guerra de libertação de Moçambique. Quanto mais o tempo se prolongava, proveitosamente, mais espaço conquistavam e ampliavam em favor da guerrilha, conquistando paulatinamente território e apoio local nativo". Quanto às tropas portuguesas, desembarcavam no conflito motivadas pela missão de debelar uma insurreição fomentada pela metrópole no continente africano; contudo, com o passar do tempo e o esgotamento das forças, os soldados mostravam-se cada vez mais ansiosos para atingir os dois anos necessários de prestação de serviço militar e, assim, de pronto poderem regressar às suas vidas na metrópole.

Embora ocorresse sucesso real da guerrilha em face das suas vitórias, os grupos internos que se aglutinaram taticamente para construir a frente de libertação começaram a apresentar fissuras internas de ordem programática e teórica no curso da luta, principalmente no tocante aos objectivos fins: concepção da linha política. Nesse percurso, se dividiam entre a linha revolucionário

socialista de libertação nacional e a linha reaccionária moderada, que também seria de libertação, mas que não queria mudanças no modelo de produção capitalista que vigoraria no país (Fernando, 2020,p.132).

No embate de ideias Abrahamsom & Nilsson (1994) afirmavam que:

Os revolucionários argumentavam que a produção dos bens alimentares, para além do que os camponeses necessitavam para a sua própria sobrevivência, devia ser colectiva. As forças moderadas eram da opinião que nas zonas libertadas devia haver um sistema comercial privado, que comprasse os excedentes dos camponeses em troca de bens de consumo (p. 33).

Embora houvesse rugas evidentes no percurso da luta, a FRELIMO seguia as directrizes do modelo marxista e de treinamento guerrilheiro com apoio, ora discreto, ora ostensivo, de países do bloco socialista. Portanto, a linha política revolucionária foi conquistando o seu espaço no seio da organização armada e, conseqüentemente, acomodando-se como concepção política durante o processo de independência nacional a posteriori.

Ainda assim, o curso da luta seguia positivamente para o lado das forças revolucionárias, especialmente com o adoecimento e morte de Salazar em 1970. Posteriormente, ocorreu um processo muito ruidoso de transição de poder em Portugal, gerando desgastes militares até a completa asfixia do governo, findada com a Revolução dos Cravos, em 25 de Abril de 1974. Portanto, a partir daquele momento, a conjuntura mudou definitivamente a favor dos rebeldes moçambicanos, visto que, com a Revolução dos Cravos, liquidou-se totalmente o aparato da estrutura da velha e ultrapassada ditadura salazarista. Ou seja, naquele momento, a FRELIMO equilibrava-se entre a fortuna e a virtú: de um lado, contava com a sorte do falecimento do ditador e do avanço da revolução libertadora e, de outro, tinha um efectivo militar guerrilheiro muito bem consolidado e reconhecido no território nacional (Fernando, 2020,p.133).

Logo, a revolução que modificou a sociedade portuguesa foi, igualmente, o alicerce seguro e dinamizador da transição para a independência de Moçambique. Em 07 de Setembro de 1974, houve o Acordo de Lusaka, na Zâmbia, o qual preparou o governo de transição. O presidente português, primeiro após a Revolução dos Cravos, ainda queria fazer uma transição lenta e gradual,

de modo que se construísse em Moçambique as bases para o pluripartidarismo e se estruturassem as eleições, com vistas a definirem os futuros governantes moçambicanos (Visentini, 2013).

Aproveitando-se da situação vulnerável do colonizador no período pós Revolução dos Cravos, em 1975, a FRELIMO logrou tomar o poder em Moçambique e alcançar a estabilidade política e económica seria o grande desafio ao novo governo. A agenda política era desconstruir o Estado colonial e substituí-lo por um genuíno Estado moçambicano, nascido das bases populares, com forte influência campesina (Fernando, 2020, p.144).

Como as forças da FRELIMO já se encontravam amadurecidas depois de décadas de luta, elas forçaram uma independência definitiva, em 25 de Julho de 1975, data do 13º aniversário da FRELIMO. Samora Machel acertou em apostar no sucesso do avanço da luta armada, visto que, por volta de 1973, as forças nacionalistas já sobrepujavam a capacidade militar colonial. A independência moçambicana se tornou questão de tempo e Machel tornou-se o presidente de Moçambique, após a sua independência de Portugal, em 1975. A partir daquele momento, internacionalmente Moçambique fora considerado um país soberano; no entanto, adversidades advindas do período de descolonização e guerra apresentariam, após a independência, novos dilemas e desafios que iriam fragilizar ainda mais o nascente país (Fernando, 2020,p.145).

4.2. Géneses e objectivos da democratização em Moçambique

Com a Proclamação da Independência nacional, o movimento que conduziu a luta de libertação nacional formou um governo em substituição do regime colonial, sem que para tal fosse necessária a manifestação do princípio democrático de liberdade de escolha do povo entre as forças vivas que seriam constituídas para esse fim.

No entanto, a FRELIMO continuou como um movimento até 1977, altura em que formalizou o seu estatuto de partido político e a sua linha de orientação política, assente na base da ideologia marxista-leninista, por meio de decisões saídas do 3º Congresso, realizado em Fevereiro desse mesmo ano. O 3º Congresso da FRELIMO tornou-se assim um marco importante no seio dessa organização e de Moçambique em geral, visto que dele, entre outras deliberações, resultou a opção ao “socialismo”, ao modelo de regime de partido único e à centralização do poder que reinou durante quinze anos (Massimaculo *et al*, 2021, p.689).

No entanto, as tendências de orientação socialista foram criadas ainda durante a luta armada por intermédio das relações e apoio multiforme prestado pelos países socialistas na época. Afinal, seria uma incoerência a FRELIMO optar por um regime diferente, com o qual não tivera relações nem apoio (Brito, 2009).

Por conseguinte, com a adopção do “socialismo”, estavam criadas as condições para que a FRELIMO continuasse a cooperar com esses países de então orientação socialista (principalmente a antiga URSS, Cuba e a China Popular), eternos inimigos do capitalismo. De acordo com Joaquim Maloa (2011), na sequência das decisões do 3º Congresso, em Março de 1977, Moçambique e a URSS assinam um acordo de comércio e cooperação. Após a FRELIMO autoproclamar-se marxista-leninista, de acordo com a fonte, o volume de ajuda da URSS a Moçambique aumentou consideravelmente.

Segundo Abrahamsson & Nilson (1994), o projecto socialista de Moçambique foi encarado pelos Estados Unidos como uma afronta. Como consequência desta disputa de forças, uma nova luta começaria a ser forjada em Moçambique: FRELIMO versus RENAMO, esta última com o apoio da Rodésia, África do Sul e Estados Unidos. Esta luta vai levando paulatinamente o país ao soterramento, até a sua completa derrocada na década de 1980, quando figura em um nível de pobreza altíssimo. Justamente em consequência desta luta, haverá também o esgotamento do projecto revolucionário pedagógico do novo homem forjado pela FRELIMO, bem como o desgaste do seu partido e, por conseguinte, a erosão do projecto comunista no final do percurso revolucionário.

É importante realçar que o desejo dos guerrilheiros da FRELIMO era alcançar a independência política nacional, criar um regime de partido único assente na aliança entre operários e camponeses. Foi nesse esforço que muitas das decisões tomadas no 3º Congresso vieram reflectir-se nesse desejo, como a seguir Cuco (2016) nos faz perceber, ao assim referir:

Estava claro que desde a declaração da independência do país, em 1975, a FRELIMO não iria optar pelo pluralismo partidário, ou seja, iria optar por pseudototalitarismo, que consiste na ausência de diversificação do poder. Todo poder ir-se -ia concentrar num único partido (p.145).

No entanto, essa “ausência de diversificação” do poder, ou seja, a centralização e hegemonização do poder, perdurou durante todo período da primeira República (1975-1990).

A Constituição de 1975, aprovada às vésperas da Proclamação da Independência nacional e que foi sendo aperfeiçoada com o tempo, consagrava a FRELIMO como a força dirigente do Estado e da sociedade moçambicana. Assim, o artigo 3º dessa Constituição legitimava essa ausência de “diversificação do poder”, ao preconizar que “a FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisiona a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo” (Moçambique, 1975). Desse modo, a FRELIMO constituía a única força política nacional que definia as estratégias políticas, económicas e sociais. O Congresso, o Comité Central e o Bureau Político do Partido eram os órgãos mais importantes que decidiam sobre as relevantes matérias da vida do país, cabendo aos órgãos do estado simplesmente a sua chancela (Massimaculo *et al*, 2021, p.690).

O novo governo de Moçambique estabelecido após a independência herdou o território formado na base das ambições coloniais que em nada correspondia a uma nação constituída sob os aspectos culturais (língua e princípios psicológicos) que justificassem a unicidade territorial. Nisso, inversamente, o Estado envidou esforços no sentido de criar uma nação moçambicana, baseando-se, unicamente, nos valores históricos do território. Portanto, a nação moçambicana a ser criada deveria carregar os valores de um movimento revolucionário que se afirmava como “socialista” e que, ao mesmo tempo, mesclava-se aos valores do colonialismo (língua, exclusão, repressão etc.), contudo, estranhos aos moçambicanos (Massimaculo *et al*, 2021, p.690).

O poder popular estava representado pelas assembleias e havia duas designações: Assembleias do Povo e Assembleia Popular. Ao serem criadas as assembleias, a intenção era desconcentrar o poder dos processos de tomada de decisão, porém, por conta do monopartidarismo, o poder continuava concentrado. O presidente da Assembleia Popular era, igualmente, Presidente do partido FRELIMO e da República; o Presidente da Assembleia Provincial era, simultaneamente, o governador e primeiro -secretário do Partido, e assim se sucedia com as demais assembleias de escalão inferior (Brito, 2009).

Durante esse período de governo do partido único e de regime “socialista”, os direitos foram limitados, as liberdades foram aparentes e a repressão evidente. Na senda do combate ao

obscurantismo e ao tradicionalismo visando promover o “homem novo”, foram proibidas as manifestações culturais típicas dos africanos e criados mecanismos para punir quem as praticasse, ao mesmo tempo em que a língua portuguesa foi promovida como a língua oficial e de uso obrigatório nas instituições de ensino. O objectivo era combater o tribalismo e o regionalismo e promover o chamado projecto de unidade nacional (Massimaculo *et al*, 2021, p.691).

Essas, entre outras situações, foram aproveitadas para justificar o conflito armado que eclodiu logo depois da independência do país. A tentativa de construção do novo modelo de Estado, igualmente com o intuito de buscar o homem novo de acordo com os ideais do marxismo-leninismo, acarretou em profundas divergências internas no próprio país, outrora já acentuadas pelo colonialismo. De acordo com esse novo modelo marxista erigido sem o amplo consenso popular, extirparam os modelos de comunas tribais, do mesmo modo alijaram o poderio de grupos e líderes tradicionais, posto que somente ascendiam no governo as lideranças da FRELIMO, através do partido. Com isto, avivaram rugas e conflitos, o que acabou por apoiar os rebeldes contra-revolucionários da RENAMO, dispostos a restaurar outro modelo político-económico baseado no capitalismo, haja vista que contavam com apoio dos Estados Unidos e da África do Sul (Fernando, 2020, p.139).

O movimento que se auto afirma surgir em 1977 constituiu, inicialmente, suas bases em territórios vizinhos. Os insurgentes justificaram as suas acções na reivindicação dos direitos democráticos. Os seus primeiros integrantes foram alguns antigos oficiais do exército das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), que, pelas razões há pouco mencionadas, desertaram das fileiras da FRELIMO para se juntarem ao grupo em formação (Massimaculo *et al*, 2021, p.692).

Além desses, condicionantes geopolíticos que erodiam forte e militarmente o país, a URSS começava a esvaír o seu apoio, principalmente em função das crises da Guerra Fria, na década de 1980, e da Peres troika liderada por Mikhail Gorbachev, anos depois. Assim, Moçambique foi perdendo os apoios internacionais, sendo invadida pela RENAMO a partir dos seus vizinhos, que davam sustentação económica e militar aos contra-revolucionários. Pesaria com grande gravidade a crise política e uma seca devastadora em 1984, que veio a arrasar a produção agrícola do país, trazendo severos dissabores. Consequentemente, houve o esgotamento do modelo proposto pela FRELIMO por exaustão, conflitos internos, contra-revolução, pressões internacionais e fim da ajuda do bloco socialista (Visentini, 2013).

A RENAMO tornou-se o maior entrave para a consecução política das directrizes adoptadas pela FRELIMO: dinamitavam pontes, incendiavam plantações, assassinavam apoiadores do governo, ou seja, faziam terrorismo ao Estado moçambicano. Ao mesmo tempo em que lutavam contra a FRELIMO, as forças contra-revolucionárias contavam com a ajuda dos chefes das tribos tradicionais, que foram alijados do poder pelo novo governo moçambicano, bem como com auxílio dos chefes de instituições religiosas desprezadas pelo corolário do marxismo-leninismo. Com esta contra-ofensiva, conseguiam conquistar zonas de dominação, no desenrolar da luta (Fernando, 2020, p.140).

O processo deste conflito, foi tão violento que a RENAMO pôs em xeque o poder do partido único da FRELIMO. As acções brutais e de terror encabeçadas pela RENAMO levaram a população a uma situação de dura realidade, associada à situação económica do país pós-independência. A manifestação do grupo rebelde ora descrita forçou a hipótese de se tratar de um simples movimento de desestabilização para enfraquecer os propósitos da independência e de representar os interesses dos capitalistas despojados de Moçambique. As acções para desacreditar o sistema e o governo junto dos seus parceiros de cooperação incluíam a sabotagem de infra-estruturas de capitais internacionais, a exemplo do sistema de transporte de energia da hidroeléctrica de Cahora -Bassa, na Província de Tete, e do rapto de estrangeiros, parte dos quais mortos, como aconteceu com os russos das minas de Murrua, no Distrito do Ile, Província da Zambézia, em 1983 (Newitt, 2012).

Portanto, a conjuntura interna e internacional levou o governo de Samora Machel a aproximar-se do Ocidente, e isso passaria, antes de tudo, pela necessidade de se aproximar também dos resistentes, com vistas ao alcance da paz. A morte de Machel (em 19 de Outubro de 1986) e o fracasso do regime “Socialista” que a FRELIMO tentou implementar levaram o seu sucessor, Joaquim Chissano, a empreender reformas políticas, condições para a adesão de Moçambique às instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo aceite ocorreu em 1984, e do Banco Mundial (BM), e a encontrar a paz com a RENAMO (Massimaculo *et al*, 2021, p.693).

No quadro dessas mudanças, para responder às imposições do FMI e do Banco Mundial e diante das exigências para a canalização de apoio humanitário para fazer face à crise económica e atrair investimentos, Moçambique realiza reformas na sua estrutura económica. O governo foi imposto a criar condições para a expansão do sector privado mediante processos cada vez mais

competitivos. Assim, as reformas que tinham sido iniciadas após o 4º Congresso de 1983 culminaram com a aprovação, em 1987, do Programa de Reabilitação Económica (PRE), que, em 1989, quando incorporou a componente social, passou a ser Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES), deste modo, Moçambique passava, assim, da economia de planificação centralizada ao neoliberalismo (Hanlon, 1997).

Portanto, após a quase destruição do país, no início da década de 1990, estabeleceu-se um cessar-fogo e, no imediato, houve a aprovação da Constituição multipartidária de 1990, que culminou com realização das primeiras eleições para presidente com disputa das duas forças políticas: novamente FRELIMO versus RENAMO em confronto. Contudo, dessa vez, a disputa se deu nas urnas e de forma pacífica, com a vitória da FRELIMO.

4.3. Desafios da democratização em Moçambique

Em Moçambique, o processo de transição democrática começa com as mudanças internacionais de correlação de forças a partir de 1990. Essas mudanças de correlação de forças, em nível internacional, que culminaram com a desintegração da então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o agravamento das lutas intestinas, precipitaram a promulgação da primeira Constituição multipartidária em 1990 e a realização periódica de eleições gerais a partir de 1994. É esse quadro político-constitucional que marcou o início de um novo período na história de Moçambique pós-independente: o período da segunda República (Massimaculo *et al*, 2021, p.693).

Para Lalá & Ostheimer (2004), os acordos de paz firmados em 1992 entre o governo de Moçambique e a RENAMO alavancaram o início do processo de transição democrática. Assim, depois de muitos anos de guerras intestinas, de domínio de partido único na cena política nacional e de ausência de liberdades democráticas fundamentais para o exercício pleno da cidadania, “ as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 não só marcaram formalmente o fim da guerra civil, como constituíram, igualmente, o passo inicial no caminho tortuoso rumo à estabilidade política e à implementação de estruturas democráticas” (Lalá; Ostheimer, 2004,p. 8).

Num estudo sobre a evolução política de Moçambique pós-independente, Brito *et al* (2015, p.7) constataram a existência duma tradição política autoritária “tanto sob o regime de partido único, que durou desde a independência em 1975 até 1990, como no período que se seguiu à introdução do multipartidarismo e ao fim da guerra civil”. Dando continuidade, os autores escreveram:

Na verdade, depois de um breve período de enfraquecimento e hesitação durante os anos que se seguiram ao Acordo Geral de Paz e às primeiras eleições multipartidárias, a FRELIMO optou, a partir de 2002, por reforçar o modelo de partido- -Estado que se tinha desenvolvido durante o período monopartidário. Neste sentido, foi reconstituída a rede de células e comités do partido em todo o aparelho de Estado (incluindo as Forças de Defesa e Segurança) desde o nível central até ao local e foi reactivado o princípio de prestação de contas dos dirigentes estatais aos dirigentes partidários da FRELIMO aos diferentes níveis (p. 7).

Como se pode constatar por essa fala, há um evidente entrelaçamento entre práticas privadas (relativas ao partido da FRELIMO, tais como a sua reorganização), mas também práticas que demonstram o desejo de controlo social e estatal pela força, como referido no trecho anterior. Ademais, nessa tentativa de transfiguração do Partido FRELIMO, Forquilha (2014, p. 73) assim observou:

Na realidade, a implantação de células partidárias nas instituições públicas não é o único elemento que cristaliza o carácter inacabado da transição interna da FRELIMO, de um partido -Estado para um partido que se conforma com as regras de funcionamento de partidos políticos num contexto de construção democrática. Dentro dos próprios estatutos da FRELIMO há outros aspectos que traduzem uma lógica de colocação do partido acima do Estado, particularmente em matéria de responsabilidade dos eleitos e executivos.

Esta postura da FRELIMO de se colocar acima do Estado mostra o seu carácter excludente nos processos decisórios da vida política do país. Como defendeu Mouffe (2005), uma das funções da política é, contra todas as adversidades, conflitos e diversidades, buscar a unidade. Portanto, no lugar de fazer o campo político como espaço de inimizades e querelas, é preciso criar “um nós em oposição a um eles” (Mouffe, 2005, p.20).

No entanto, paradoxalmente, em Moçambique, os partidos da oposição são considerados como inimigos políticos no verdadeiro sentido da palavra e as ideias vindas da oposição nada valem (Melo et al, 2015).

Num trabalho desenvolvido por Brito *et al* (2015, p.8), é visível essa indiferença quanto à observância de princípios de convivência democrática pela FRELIMO, uma vez que, ao ignorar a

criação de um “nós”, os autores constataram que, embora se verifique tendência de “tolerar formalmente os partidos políticos e as estruturas formais da democracia multipartidária, a FRELIMO considera os partidos de oposição como politicamente ilegítimos” e, desse modo, seus membros como inimigos a serem fisicamente abatidos em cada pleito eleitoral. Por exemplo, autores como Melo *et al* (2015) assim observaram:

A criação de Células do partido FRELIMO nas instituições públicas deixa o Estado democrático menos eficiente, torna a instituição controlada pela Célula, torna o Estado politizado, fechado a si mesmo, no sentido de que não se abre a outros actores, torna-o excludente, menos pluralista e menos tolerante a outros actores com maior destaque a partidos de oposição (p.36).

Aproximando-se da análise desses autores, Humbane (2016) descreve que:

[...] em Moçambique temos um partido dominante, que põe em prática um sistema híbrido, que por um lado possui eleições democráticas, uma constituição tendencialmente democrática, instituições formalmente democráticas, etc. Mas, por outro lado, paradoxalmente, se comporta ainda segundo a lógica do monopartidarismo [...], continuando autoritário, outorgando exclusivamente para si o direito de fazer o controlo e direcção da historicidade no país (p.180).

Um aspecto não menos importante que caracteriza o actual ambiente político moçambicano é a persistência de tensões em períodos eleitorais, muitas vezes marcadas por violências entre os membros dos partidos políticos concorrentes e boicotes de sessões parlamentares por parte dos partidos da oposição, particularmente a RENAMO. A esse respeito, refere Tollenaere (2006, p.10):

As características principais da história eleitoral de Moçambique continuam a ser de desconfiança entre os dois partidos principais, as deficiências nas partes automatizadas do processo (recenseamento e apuramento), uma base jurídica permanentemente em mudança e uma perda gradual de credibilidade das autoridades eleitorais. Desde 1994, o pluralismo eleitoral não resultou num ambiente político mais inclusivo. A nível nacional, o parlamento está agora mais monolítico. A nível local, houve uma inovação prudente, mas as perspectivas de um governo mais inclusivo através de eleições multipartidárias são limitadas.

Desde 1994, ano da realização das primeiras eleições gerais e presidenciais, até pelo menos 2014, ano da realização das últimas eleições desse tipo, a democratização do processo político moçambicano compreende vários partidos em competição, havendo uma polarização entre dois partidos: FRELIMO e RENAMO.

Em Moçambique, decorridos mais de vinte anos após a promulgação da primeira Constituição multipartidária, há ainda muitos desafios a serem enfrentados no concernente à (re) construção do Estado de Direito Democrático, pode ser validada se admitirmos que o partido no poder, a FRELIMO, sendo um partido que governa o país, não admite participação inclusiva e de forma democrática na vida socioeconómica e política dos cidadãos (Melo *et al*, 2015).

É ainda um desafio da democratização em Moçambique a efectivação das garantias fundamentais do exercício de cidadania de um Estado de Direito Democrático. Há limitação das manifestações das liberdades democráticas e uso excessivo da violência legítima. E, em paralelo, cresce a insatisfação popular pela situação social concreta. Cuco (2016, p.107) faz alusão de que, em Moçambique, a ideia de democracia nasceu já inquinada, uma vez que “ela começa excluindo a maioria de actores, principalmente quem dela deveria se beneficiar: a população”. Outros desafios estão relacionados com a contínua instabilidade política em face de incessantes conflitos armados por razões políticas.

Depois de constatar no cenário moçambicano “a instauração de uma sociedade de medo, de controlo dos meios de comunicação e dos fazedores de opinião a favor de propagandistas de dogmas; de controlo da justiça; dos órgãos eleitorais; do incremento de máquinas de guerra e de repressão”, o filósofo Severino Ngoenha (2015, p.113) foi levado a fazer a seguinte pergunta: “o que resta da democracia?”. O autor diz ver um paralelismo entre essas práticas e o fascismo. Para buscar resposta à pergunta, a fonte recorreu ao exemplo da Itália, e fala de um Estado mafioso, onde a legalidade se instaura em regra e a anormalidade prevalece.

Ngoenha (2015) lembra que uma das razões da falência da democracia ateniense reside na emergência do individualismo, do egoísmo, de um Estado segregacionista e elitista, não favoráveis à totalidade dos cidadãos, mas sim à ampliação da riqueza dos ricos – interessados no luxo e aparência – e na pobreza dos pobres, o que acentuou as desigualdades sociais. Para o caso

moçambicano, cuja sociedade apresenta as características descritas, não se trata de falência da democracia, mas de factores inibidores da sua efectivação.

Portanto, do exposto acima podemos perceber que, apesar de Moçambique ser considerado um caso de sucesso por ter conseguido fazer a passagem de um regime monopartidário para um multipartidário, vários desafios ainda prevalecem para a institucionalização da democracia Moçambicana.

4.4. A questão do marxismo em Moçambique

O acordo de Lusaka, em Zâmbia, em 1974, fez brotar a independência nacional em 1975 e subsequente, umas mudanças socioeconómicas e culturais começam a aparecer como resultado da instalação do estado-nação e da criação da nova mentalidade e espírito nacionalista comunista. No governo de Samora Machel, a palavra-chave estava inserida no slogan “abaixo ao feudalismo”; abaixo ao colonialismo; abaixo ao tribalismo ao racismo e ao elitismo e abaixo ao capitalismo, marcando assim o fim de uma sociedade colonial. As escolas e as fábricas foram enfeitadas com fotografias de Marx, Lênin e Samora Machel” (Fernando, 2020,p.132).

Conforme explicitado, no processo de consolidação da independência moçambicana emergiu a figura de Samora Machel como o grande dirigente e porta-voz da nação. Neste bastião, uma de suas grandes tarefas era a formulação das directrizes da educação, que tinha o intuito de forjar o “novo homem” da luta e do ideal socialista. Portanto, a educação seria uma das novas batalhas ideológicas da nova nação. Ademais, deve-se relembrar que o país não possuía uma unidade étnica nem linguística. Justamente por esse motivo, o idioma português foi escolhido como a língua oficial e, mesmo a despeito de várias rusgas, fora escolhido com o intuito de não acirrar disputas entre os diversos grupos linguísticos – a ideia não seria se submeter simplesmente à língua dos dominadores, mas gerar, a partir dela, uma nova unidade através da linguagem (Fernando, 2020,p.146).

A forja de um pertencimento étnico-identitário seria mais complicada, haja vista que não havia um grupo tribal único. Portanto, havia a necessidade de “criar” o novo homem moçambicano e, com isto, o sentimento nacional de pertencimento a este nascente Estado-nação: “Unir todos os moçambicanos, para além das tradições e línguas diversas requer que na nossa consciência morra a tribo para que nasça a Nação” (Machel, 1978 cit.em Macagno, 2009, p. 21).

Nesse sentido, evidencia-se que a construção da nação moçambicana como uma entidade homogénea só seria compreensível sob a lógica do enfrentamento a outra entidade homogénea: a nação portuguesa. Assim, a construção da nação moçambicana dar-se-ia justamente para livrar essa nação definitivamente do seu passado colonial. Nesta perspectiva, essa nova nação deveria nascer a partir da forja desse novo homem, que seria educado dentro desta nova cultura e livre dos aspectos coloniais, de acordo com a seguinte fórmula: o novo Estado nação seria o produto da bricolagem, da junção das diferentes tribos tradicionais, desta vez em uma só nação – Moçambique, erigida pelo partido que comandava o Estado (FRELIMO). Esse partido forçava, sobremaneira, uma oposição à velha nação colonial portuguesa, já tornada uma esvanecida metrópole sem força, naquela quadra política (Macagno, 2009).

Em 1977, no seu III Congresso, a FRELIMO aprofundou politicamente o seu referencial marxista e deixou definitivamente de ser uma frente ampla, transformando-se em partido e vindo a adoptar o marxismo-leninismo como ideologia do seu projecto político, socioeconómico e cultural. O centralismo político e económico foi marcante na forma de governar da FRELIMO, com a justificativa de que era necessário manter e promover a unidade moçambicana. Seguindo as directrizes políticas em curso e como reflexo do modelo partidário regido pelo marxismo-leninismo, a FRELIMO tornou-se a organização máxima dirigente de Moçambique. Conforme modelo bolchevique de partido marxista, a organização político-partidária seria regida por um forte centralismo - democrático, sendo a figura máxima e o dirigente principal o próprio presidente do país, Samora Machel. Logo, a práxis marxista passaria a ser a viga mestra, tanto da política adoptada quanto do ideal do novo homem a ser seguido (Gómez, 1999).

Também, se deve salientar que a FRELIMO adquiria status de partido/Estado, de acordo com o mesmo modelo dos demais países que adoptaram o marxismo-leninismo, após a II Guerra Mundial. Nesse sentido, no plano económico, os dirigentes da FRELIMO investiram seus esforços na agricultura, em consonância com o carácter pedagógico da construção do homem novo. Essa construção tinha como linhas 1) as machambas estatais, que deveriam produzir bens de exportação e cobrir uma grande parte da necessidade total de bem alimentares, e 2) as aldeias comunais, que consistiam em fomentar as famílias a viverem em aldeias colectivas, a fim de melhorar a sua qualidade de vida (Abrahamsson & Nilsson, 1994).

Brito (1995) e Parafino (2009) são unânimes em afirmar que o marxismo-leninismo da FRELIMO era indefinido e ambíguo. Os dirigentes foram influenciados pelas várias tendências maoísta, leninista e estalinista que preponderavam no leste europeu e do marxismo iconoclasta do professor da Universidade Eduardo Mondlane, John Saul.

Nesta mesma linha, Brito sustenta que a versão estalinista da FRELIMO não só proveio da cooperação internacional com a Rússia, China, Bulgária, Roménia, Vietnã, Jugoslávia, República Democrática da Alemanha e Coreia, mas também de estudantes da Universidade de Lourenço Marques, filhos de burgueses e pequeno-burgueses, que simpatizavam com o discurso marxista-leninista da época, como Marcelino dos Santos, Jorge Ribeiro, Matsinhe, Pascoal Mucumbi e Sérgio Vieira, apesar desse último ser da província de Tete, mas com um nível de instrução política muito elevado.

Mas é importante ressaltar que a FRELIMO, antes mesmo da independência em 1970, nega a necessidade de ser influenciada pelos outros países que lhes apoiavam, como fundamenta Joaquim Chissano, membro do Comité Político Permanente da FRELIMO, em entrevista concedida à revista *Afrique Australe*:

Não acreditamos que o desenvolvimento do país, a independência e o socialismo possam ser copiados de outros países. Certas pessoas pensam que como recebemos auxílio dos países socialistas seremos forçados a seguir a política de um ou de outro país socialista, mas isso não é certo, pois se lutamos pela nossa independência (como já afirmamos), lutamos pela livre escolha da nossa maneira de viver, das nossas relações e o nosso comportamento.⁵

Mas o que se registou depois da independência foi o contrário a esses argumentos de Joaquim Chissano. Moçambique assistiu a sua política ser assolada por uma cópia do socialismo do leste europeu e chinês, apesar de a FRELIMO chamá-lo de socialismo científico, mas que na realidade era uma cópia do modelo socialista desses países. Como é possível observar na primeira Constituição, artigo 22, o qual afirma que: “República Popular de Moçambique consolida e

⁵ Bragança/Wallerstein, 2ºvol, (1978, p.175)

desenvolve a solidariedade com os países socialistas, seus aliados naturais, solidariedade forjada na luta pela independência nacional”.⁶

Consultas efectuadas aos estudos de Cahen, Brito, Cabaça, Paredes, demonstram que todos concordam com ideia de que a política disseminada pela FRELIMO durante a luta arma foi uma maneira de levar muita gente a acreditar que democracia participativa já estava no terreno fértil quando a FRELIMO tomou o destino da nação. Essa ideia apenas foi vinculada na época da luta porque, depois da independência, foi emanada uma nova prática política consubstanciada na ideia do homem novo inserido na emenda da revolução.

Portanto, Cabia a FRELIMO a tarefa de dirigir, organizar, orientar e educar as massas, transformando-as num poderoso sistema socialista. Para a “FRELIMO, o planeamento central do tipo socialista oferecia um caminho para acumulação flexível do capital e o redireccionamento racional dos recursos nacionais em vista ao desenvolvimento equilibrado das populações do país”. Em 1977, a via marxista-leninista seria a única que possibilitaria o combate ao imperialismo no interior de Moçambique, estando constantemente ameaçada pelo imperialismo norte-americano, que agia aliado ao colonialismo e ao racismo.⁷

Como forma de dar andamento a via marxista-leninista, a FRELIMO estruturou a população moçambicana em aldeias comunais, construindo assim um Estado encarnado nas camadas sociais, com o intuito de pôr fim a desigualdade social, gerando renda e desenvolvimento humano e desenhando, assim, projectos denominados operação produção, que poderia ser a concretização da deportação da população desempregada dos centros urbanos para os campos. Essa acção foi considerada pelos moçambicanos como um instrumento de exclusão e opressão pela elite. Para FRELIMO, esses projectos tinham carácter administrativo e económico (Duarte & Figueiredo, 2020,p.135).

Importa referenciar que, a FRELIMO nunca se pronunciou como marxista durante a luta de libertação nacional, mas adoptava os postulados marxistas-leninistas, principalmente nas zonas libertadas. Mas também é importante entender que a adopção dos postulados “marxista leninistas” por parte da FRELIMO obedecia a um processo intrínseco vinculado à singularidade e às

⁶ Constituição da República Popular de Moçambique de 20 de Junho de 1975, imprensa nacional

⁷ Harrison, G. (1994). Mozambique: Unsustainable Democracy. In *Review of African Political Economy*, n.º 61, pp.:429-440.

especificidades da “luta de libertação nacional” e o cumprimento do memorando assinado pelos seus apoiantes, URSS, China, Cuba e RDA (Duarte & Figueiredo, 2020,p.134).

O marxismo-leninismo surge como um claro combate ao passado colonial presente no país e com a criação do “Homem Novo” que poderia pertencer a nova nação. Esse homem novo passa a ser apontado como aquele engajado em seus valores nacionais modernos e que, em última análise, é um produto da Guerra Fria entre o capitalismo, representado pelos Estados Unidos, e o socialismo, representado pela União Soviética (Duarte & Figueiredo, 2020,p.135).

A FRELIMO, na implementação das suas políticas governativas marxistas, estava convencida de que apenas um movimento revolucionário profundamente motivado e disciplinado poderia acabar com aqueles homens que, embora conscientes das suas limitações, travava consigo mesmo um combate interno permanentemente para supera as insuficiências reaccionárias herdadas do colonialismo. Isto é, o velho capitalista podia ser transformado em novo socialista na base da revolução.⁸

Para a FRELIMO, só com a política revolucionária é que seria possível acabar com o tribalismo, o feudalismo e o nepotismo, de modo que a ideia da construção das aldeias comunais tornou-se intenso e coercivo para todos os moçambicanos das zonas rurais. Ao implementar esse regime, a FRELIMO baseava-se na ideia de que o capitalismo não era o melhor caminho para triunfar a revolução e, por isso, Samora dizia: “mercado, sim; capitalismo não, socialismo é nosso trunfo” (Duarte & Figueiredo, 2020).

Concluindo, a ideologia socialista emanada pela FRELIMO não foi capaz de realizar o propósito de desenvolvimento equilibrado, porque com o mesmo sistema Samoriano as escolas populares da época restringiam-se ao ensino da leitura, escrita e princípios marxista e da cultura frelimista, e a política governativa do partido estado não estava preparada para treinar profissionalmente os trabalhadores para a grande indústria (Negrão, 2001, p. 61).

4.5. A influência do marxismo – leninismo na construção da democracia moçambicana: 1990 à 2014

⁸ Kruks, S.(1987). “From Nationalism to Marxism: The Ideological History of FRELIMO, 1962- 1977” In: Irving Leonard Markovitz (ed.) Studies in Power and Class in Africa.

Para compreender a questão sobre a influência do marxismo no processo de construção da democracia em Moçambique baseado na ideia do "path dependent", foram realizadas entrevistas com os partidos políticos, académicos e a sociedade civil, e com base neste exercício percebemos que há divergências e convergências quanto a questão das implicações da ideologia marxista - leninista para a consolidação da democracia em Moçambique, o que demonstramos abaixo.

4.5.1 - Resultados das entrevistas com os partidos Frelimo e Renamo

Nesta etapa foram entrevistados dois membros dos partidos políticos: 01 da Renamo e 01 da Frelimo. Os dois entrevistados são militantes destes partidos já a bastante tempo, sendo que o mandatário da Renamo faz parte do partido há 20 anos e o da Frelimo a 29 anos respectivamente, portanto, estes possuem domínio sobre os princípios e objectivos dos seus partidos e sobre a história de Moçambique.

Perguntados sobre o período em que foram fundados o seus partidos e para que fim? Responderam o seguinte:

Mandatário da Frelimo diz que: "*O Partido Frelimo, é fundado em 1962, logo quando aparece o pensamento dos Moçambicanos em retirar o povo moçambicano da escravidão do Sistema Colonial, mas nesse período, foi formada uma organização que chamou-se de Frente de Libertação de Moçambique "FRELIMO". Depois da independência este movimento formou o partido. O governo foi formado em 1974. A Frelimo surge com objectivo e ou com o fim de libertar o Homem e a terra e dar a liberdade ao próprio Povo moçambicano. Dar o poder de decisão e governação ao próprio moçambicano e estar livre da opressão colonial e da escravatura*".⁹

Na mesma linha o da Renamo disse que: "*A Resistência Nacional Moçambicana, mais conhecida pelo acrónimo RENAMO, é o segundo maior partido político de Moçambique. A RENAMO foi fundada em 1975 após a independência de Moçambique como uma organização política anti-comunista, patrocinada pela Organização Central de Inteligência da Rodésia. A RENAMO surgiu como uma reacção externa e interna às políticas do partido único no poder, a FRELIMO, constituindo-se num movimento armado que combateu na Guerra Civil Moçambicana*".¹⁰

⁹ Entrevista concedida no dia 03 de Novembro de 2023.

¹⁰ Entrevista concedida no dia 06 de Novembro de 2023.

Quanto a questão sobre a avaliação dos princípios do partido Frelimo, tendo em conta a situação democrática actual em Moçambique, o mandatário da Frelimo respondeu dizendo que: *a democracia não é novidade ou palavra nova para este partido, pois desde o início da luta armada em 1964, a chave fundamental até a independência foi a democracia e foi daí, onde foi possível unificar os três movimentos a um só, e reforçar-se com a unidade nacional e hoje, ela actua como chave principal do povo moçambicano. A Democracia, nasce com a Frelimo digo, a Frelimo é o fundador da democracia*".

Por sua vez, a Renamo diz que: *" Os princípios originais do FRELIMO eram fortemente influenciados pelo marxismo-leninismo, reflectindo as ideias revolucionárias da época. Após a independência, Moçambique se tornou uma nação socialista, e o FRELIMO estabeleceu um sistema de partido único, adoptando políticas socialistas, colectivizando terras e buscando uma transformação social e económica. Actualmente, a situação política em Moçambique é caracterizada por um sistema multipartidário, com a FRELIMO continuando a ser um dos partidos políticos proeminentes. No entanto, a democracia em Moçambique enfrentou desafios, incluindo tensões políticas e conflitos, especialmente nas regiões centrais e norte do país. Essas tensões têm raízes em questões como a distribuição desigual de recursos, pobreza, governação e disputas sobre a descentralização do poder*".

Questionados sobre a avaliação que fazem das condições de vida do país antes e depois da independência? A Frelimo afirmou que: *" Moçambique já superou até ao apogeu do seu plano de desenvolvimento. E que do período antes e depois da independência, o país conheceu uma grande evolução económica em todas vertes. Pois o governo havia criada três pontos orientadores: tirar o país da fome, a nudez, o desemprego e a pobreza. A fome está ligada a questão da agricultura. E a nudez porque no período antes da independência há pessoas que não conseguiram ter acesso fácil ao vestuário. E o desemprego que é uma realidade no país, mas que já esta sendo combatido aos poucos com vista a colmatar a situação*".

Contrariamente a Renamo diz que: *" A avaliação das condições em Moçambique antes e depois da independência deve levar em consideração vários factores, incluindo desenvolvimento económico, social, político e humano. Por exemplo, Durante o período colonial, Moçambique experimentou uma grande desigualdade social e económica, com a população africana sendo submetida a discriminação e privações enquanto os colonizadores europeus se beneficiavam dos*

recursos e oportunidades; A avaliação das condições antes e depois da independência em Moçambique é complexa. Enquanto a independência trouxe liberdade política, o país também enfrentou desafios consideráveis, incluindo conflitos e dificuldades económicas. O crescimento económico recente oferece oportunidades, mas a equidade na distribuição desses benefícios continua sendo uma questão crucial para o desenvolvimento sustentável do país".

Deste modo, podemos perceber que enquanto a Frelimo afirma que Moçambique já atingiu o seu apogeu de desenvolvimento, a Renamo concorda que desde o período antes e depois da independência, o país conheceu um certo nível desenvolvimento, mas que os resultados desse crescimento económico não abrangem a todas as camadas sociais, resultando na divisão desigual das riquezas, o que constitui um desafio para o país até hoje, onde o fosso entre os cidadãos economicamente estáveis e os que vivem em situações de pobreza extrema é muito maior.

Relativamente a questão sobre se a adopção da ideologia marxista-leninista condiciona a institucionalização da democracia do país? A Frelimo diz que: "*Não constitui verdade esta afirmação, mas esta, é como tal se fala para alguns que mal interpretam o mundo, ou por alguns filhos dos outros Partidos, filhos, porque são partidos descontentes que nasceram do partido Frelimo e que nunca poderão falar o bem do Partido pai. O partido Frelimo é a mãe da Democracia e é ele que dá as inovações segundo as evoluções da própria democracia e tendo em conta o desenvolvimento social (socioeconómico e cultural do seu povo). Na transição do monopartidarismo para a democracia dizem que há desafios, mas a democracia nasceu com a FRELIMO".*

A Renamo diz que: "*A afirmação de que a FRELIMO transitou do monopartidarismo para o multipartidarismo mantendo traços marxistas-leninistas pode ser fundamentada ao considerar alguns elementos presentes no contexto actual e ao comparar com outras experiências em vários regimes. Primeiro temos a questão do domínio Contínuo da FRELIMO, pois desde a independência em 1975, a FRELIMO tem sido um actor político dominante em Moçambique. O partido manteve uma posição de liderança, o que pode indicar a persistência de práticas associadas ao sistema de partido único, mesmo com a adopção formal do multipartidarismo; Centralização do Poder, que limita a verdadeira competição democrática e a participação pluralista; Restrições à Oposição; e o Controle sobre Instituições Chave, pois se a FRELIMO mantém um controle significativo sobre instituições - chave, como as forças armadas, a polícia e*

o aparato estatal, isso pode indicar que o multipartidarismo não é acompanhado por uma distribuição efectiva de poder".

Portanto, enquanto a Frelimo advoga que a afirmação sobre o facto de que a transição para o regime multipartidário foi feita ainda sobre uma base marxista-leninista, a Renamo, assim como muitos estudiosos da democratização em Moçambique como o académico Adriano Novunga, advogam que a mudança para o multipartidarismo não foi acompanhada por uma transformação fundamental nos fundamentos ideológicos e estruturais do país, pois a Frelimo simplesmente adoptou os princípios democráticos impostos pelos blocos capitalistas, sem realizar uma mudança profunda da estrutura política e administrativa do país.

Quanto a questão sobre a avaliação do processo de democratização em Moçambique? A Frelimo diz que: *" A democracia em Moçambique, é das boas, embora alguns anti-sociais de vários Partidos tendem a desviar a sua essência e os objectivos da sua criação. Mas o Partido Frelimo, ainda não fugiu do principio e o porque da sua existência. Digo isso, porque alguns mal percebem o princípio da democracia, as vezes pensão que falando mal da sociedade, faltar de respeito um a outro, criar desordem instabilidade ao pais, estariam a implementar a democracia".*

Por sua vez a Renamo diz que: *" A avaliação do processo de democratização em Moçambique envolve uma análise abrangente de vários indicadores e aspectos do sistema político, social e económico do país. O Estado actual do processo de democratização em Moçambique, é caracterizado pela dificuldade do país em estabelecer instituições democráticas robustas e garantir a participação efectiva de múltiplos partidos, pois por exemplo as eleições realizadas desde 1994 até 2014 apesar de serem consideradas livres, justas e transparentes, os seus resultados são sempre contestados pelos partidos de oposição, o que em alguns caso resultaram em conflitos como o caso Da tensão politico militar registado em 2013".*

Linz & Stepan defendem que para uma democracia seja considerada consolidada é necessário a combinação de três condições: constitucionais, atitudinais e comportamentais, para que isso aconteça é necessário a existência de uma sociedade civil livre e activa, desenvolvimento do hábito as normas e procedimentos da regulação democrática de conflitos, Existência de um estado de Direito, que visa assegurar as garantias legais relativas as liberdades dos indivíduos, entre outras características.

E olhando para o caso moçambicano, tal como advogam alguns estudiosos como *Melo et al* (2015), decorridos mais de vinte anos após a promulgação da primeira Constituição multipartidária, há ainda muitos desafios a serem enfrentados no concernente à (re) construção do Estado de Direito Democrático, e esta afirmação pode ser validada se admitirmos que o partido no poder, a FRELIMO, sendo um partido que governa o país, não admite participação inclusiva e de forma democrática na vida socioeconómica e política dos cidadãos.

Para a questão sobre como é que se manifestam os partidos políticos em Moçambique, face ao processo de democratização? A Frelimo respondeu dizendo que: "*Para aqueles que não fizeram parte na criação da Democracia para este país, mal manifestam a democracia, mas a mãe da Democracia, a Frelimo, tem sido cumpridor na sua ética*".

Contrariamente a Renamo diz que: "*Os partidos políticos em Moçambique têm desempenhado papéis diversos e apresentam uma variedade de perspectivas em relação ao processo de democratização no país. O cenário político em Moçambique tem sido dinâmico e pode ser caracterizado por várias manifestações por parte dos partidos políticos. Algumas dinâmicas incluem: a participação em eleições e nos processos legislativos, o que inclui a apresentação de propostas de lei, participação em debates parlamentares e a defesa de posições políticas*".

É importante notar aqui que, o grau de envolvimento e o impacto dos partidos políticos no processo democrático pode variar, mas no caso moçambicano podemos perceber que, os partidos políticos não possuem um desenho das estratégias que possam contribuir de forma efectiva para o sucesso da institucionalização democrática no país, visto que, as suas estratégias restringem-se à participação nos pleitos eleitorais, a capacitação dos seus membros em várias matérias, participação nos debates públicos, com a justificação de discutir os anseios dos cidadãos, como uma forma de contribuir para a consolidação democrática.

4.5.2 - Resultados das entrevistas com os académicos e a sociedade civil

Uma outra metodologia usada para a recolha de informações foi a realização de entrevistas aos docentes universitários e os indivíduos da sociedade civil. Nesta senda, foram entrevistados dois

docentes (designados nesta pesquisa de Académico Nº 1 e 2) de duas universidades públicas do país, um colaborador do Cesc e um activista social.¹¹

No que tange a questão sobre a análise da actuação do partido Frelimo no período da vigência da Primeira República (1975)? Os académicos foram unânimes ao dizer que: *"No 3º congresso a Frelimo assumiu a ideologia marxista – leninista e por via disto mesmo, a actuação do partido foi nesta direcção, tudo centralizado seja na parte económica e tanto na parte política. Na parte económica falo neste caso da fixação dos preços, tudo quanto era relacionado ao aparelho do estado. Na parte política, todas as decisões eram tomadas ao nível mais alto do comité central e tinha que descer até as bases. É preciso não esquecer que depois da independência, o país, só tinha a Frelimo como foi o condutor do Estado, é nesta primeira República que a Frelimo de forma autoritária, sem nenhuma liberdade de expressão, tanto dentro desta organização, mesmo no seio dos cidadãos, alias forma de demarcar o sistema autoritário, já em 19977, este movimento assume-se como partido de orientação marxista, no seu terceiro congresso na província de Inhambane"*.

E os membros da sociedade civil afirmaram que: *"Em termos da actuação do partido neste período é uma actuação digamos assim de estar na vanguarda dos processos, resultante do facto de se herdar um país que resultou de um processo de guerra, no caso a guerra de libertação, a luta pela independência. Obviamente esta postura, pode não ter sido vista digamos assim como aglutinadora de todos aqueles interesses, estamos a falar daqueles três movimentos a MANU, Unami e Udenamo que se corporificaram e criam uma frente única. É verdade que, neste período da vigência da primeira republica 1975, este foi o papel da Frelimo no sentido de edificar o Estado, edificar a ideia de um país único, e isto na verdade fez com que a Frente de Libertação ganhasse uma certa notoriedade na minha opinião em relação a este processo de edificação do estado nação. A Frelimo adoptou esta ideologia pois era a mais adequada na altura para possibilitar o desenvolvimento do país, pois vinha de uma situação de guerra"*.

¹¹ As entrevistas com os dois docentes foram realizadas via zoom, nos dias 06 e 07 de Novembro respectivamente. E as da sociedade civil foram efectuadas no dia 08 de Novembro de 2023.

Desta questão, o que fica evidenciado é a postura de partido de vanguarda adoptado pela Frelimo para conduzir a vida política, económica e social do país, resultante da sua actuação face ao processo de luta pela independência e autodeterminação da nação moçambicana.

Relativamente a questão sobre a análise da adopção da ideologia marxista pela Frente de libertação nacional de Moçambique? O Académico Nº1 respondeu dizendo que: *A adopção do marxismo eu quero acreditar que está ligado a aliados externos que apoiaram Moçambique na luta contra o colonialismo, pois sabemos nos que a Frelimo teve apoio tanto da Rússia assim como da China, embora estes dois países estivessem em guerra, Moçambique contou com o grande apoio destes dois países, por causa da adopção desta vertente socialista, etc. Portanto, fazia sentido até certo ponto que se aderisse a estas ideologias".*

E o Académico Nº 2, diz que: *" Em relação a esta ideia da Frelimo ser um partido marxista, por causa das diversas constatações, ao longo deste período primeiro é que Samora Machel nunca tinha lido o pensamento, Karl Marx, aliás eles teria dito que aprenderam o marxismo pela prática. Mesmo com dúvida em termos teórico da ideologia, mas em termos práticos foi notório a ideia de se procurar por parte do partido de querer responder os anseio do povo, através das suas políticas sociais, pode depreender esta política por foi importante, mas ao mesmo tempo foi prejudicial, se por um lado beneficiava as comunidades por outro controlava a opinião dos intelectuais, os que tentavam rebelar-se".*

E os membros da sociedade civil responderam que: *" O facto de se ter notabilizado a Frente de Libertação Nacional durante a vigência da primeira Republica como um movimento de vanguarda, isto deu autoridade entre aspas de adoptar uma certa compostura em termos de edificar esse estado que se esperava que fosse representativo de todos os seguimentos. Então este contexto é importante porque, a questão da adopção do marxismo pelo partido Frelimo está exactamente circunscrito na ideia de edificar um estado em que as diferentes opções sob ponte de vista de questões de diversidades, de diferenciações fossem encaradas de uma forma diferente e esta forma de encarar estas diversidades, estas diferenças duma forma diferente culminariam obviamente com a construção de esta personalidade através da adopção deste sistema, desta ideologia marxista. A Frelimo adoptou esta ideologia pois era a mais adequada na altura para possibilitar o desenvolvimento do país, pois vinha de uma situação de guerra".*

O que podemos perceber aqui, é que a adopção da ideologia marxista-leninista pela Frelimo, tanto para os académicos quanto para a sociedade civil está ligada a questão da garantia da unidade nacional, visto que estava se saindo de uma situação de guerra, em que a sociedade moçambicana sendo heterogénea, não possuíam um elemento unificador, sendo por isso necessário construir uma retórica comum capaz de unir uma sociedade com múltiplas crenças e costumes.

Quanto a questão sobre os debates sobre a relação partido -Estado em Moçambique. Os académicos foram unânimes ao dizer que: *"Não se pode falar do Estado moçambicano dissociando do partido. Moçambique é um Estado seja ele de direito ou democrático tendo como base a existência do partido, não havendo uma necessidade de falar de uma coisa sem outras, em suma é uma relação de coabitação, uma coisa não existe sem a outra. Obviamente isso nos conseguimos assistir, a não separação de poderes entre o partido e o estado, neste caso o partido que esta no poder. Antigamente a Frelimo era um movimento de libertação Nacional que de seguida passou a ser o partido governante e controla as instituições do estado, e não existe uma separação entre o estado e o partido, portanto o partido controla os tribunais, é o partido que tem a maioria no parlamento e por via disto dita as regras do jogo moçambicano. Portanto não há separação de poderes"*.

Na mesma senda, os membros da sociedade civil disseram que: *"As ideias sobre o partido - estado tinham em vista permitir com que a centralização e a dimensão do funcionamento dos vários sectores da economia, da sociedade, da política estivessem em volta de um partido, e que esse partido incorporava digamos assim a componente do estado. Pensamos nos que começa aqui o grande dilema de nos percebermos como é que depois o funcionamento no nosso estado ocorreu, sobretudo porque os diferentes sectores sempre foram pertencos do partido estado que no caso concreto do sector da produção em que houve a captura digamos assim e marginalização dos pequenos agricultores. A inspiração e o contexto faz digamos assim dar a proeminência de que tudo se circunscrevia num partido estado, e que esse partido estado é que poderia providenciar o crescimento dos diferentes sectores da economia, da política, da sociedade. Mas o mesmo contexto mostra que isso também estava acontecer ao nível de alguns países que tiveram uma certa influência e apoio de países que tinham esta ideologia, falamos aqui da Índia e a China que é aonde também Moçambique foi buscar inspiração da elaboração dos planos quinquenais, sendo centralmente planificados. Então é aqui onde começa todo o debate, e este debate sobre partido -*

estado foi evoluindo com o entendimento de que tudo não estava fora do estado e do partido, e que tudo se circunscrevia dentro do funcionamento deste mesmo partido estado. Isso teve consequências para momentos posteriores nomeadamente o recrudescimento das animosidades no que diz respeito a questão dos surgimentos dos movimentos rebeldes e isso fez com que nos entrássemos numa outra guerra. Portanto, para estes existe uma relação umbilical entre o partido e o estado, onde as principais decisões do estado são tomadas através da confiança partidária.

As informações sobre a questão do partido – estado, recolhidas das entrevistas, não fogem muito do debate desenvolvido na arena política nacional, sobre a não separação dos poderes entre as questões do domínio administrativo e do partido Frelimo, o que o próprio partido já assumiu que constitui um desafio para a governação do país, que conseqüentemente periga o futuro da democratização moçambicana.

Questionados sobre a questão da introdução da Constituição Multipartidária de 1990 e as garantias legais relativas as liberdades dos indivíduos, o académico Nº 01, disse que: "*Tenho imensas dificuldades em dar uma respostas categóricas, em relação a Constituição de 1990 que permitiu a introdução de multipartidarismo, mas não se pode negar que esta trouxe aspectos positivos, as pessoas passaram a ter a oportunidade de tecer suas opiniões e houve a criação de novas forças políticas, mesmo de forma tímida, mas existe uma dualidade de interpretação, uma negativa e outra positiva, com isto quero dizer que temos liberdade ao nível teórico das liberdades e da realização das eleições em termos concreto, temos uma ilusão*".

Por sua vez, o académico Nº 2 afirmou que:" *Quando comparamos com o período anterior, estamos a falar de 1975 até 90 obviamente muita coisa mudou, já temos partidos políticos, já temos organizações da sociedade civil, o espaço político abriu-se até certo ponto, mas existem também algumas praticas ditatoriais no sistema, sobretudo a policia que procura proteger os interesses do partido no poder, e certas manifestações individuais são puníveis, o que eu posso dizer é que houve sim abertura do espaço político, dos espaços económicos e sociais, mais existem ainda alguns elementos do regime do partido único*".

Já os membros da sociedade civil foram unânimes ao dizer que: "*A Constituição de 1990 permitiu a liberalização política que permitiu a liberdade de reunião de indivíduos e de abertura de grupos políticos. E que neste período de 1990, depois nos tivemos a aprovação da lei de imprensa. E esta*

primeira lei de imprensa que nos tivemos logo imediatamente ao período de 1990, permitiu a garantia de que as liberdades individuais elas poderiam ser garantidas. Existe um aspecto que ficou de lado que é a questão de garantir não só as liberdades de expressar a opinião, mas também olhar-se a questão da propriedade individual, isto é muito importante, mas parece que não foi sendo acompanhado também, por causa obviamente das heranças do partido - estado que centralizava todo um conjunto de sectores sociais e etc. Deste modo, Verificamos que existem pessoas da sociedade civil que o fazem de forma individual mas mesmo assim ainda existem desafios nomeadamente a como é que estas garantias e liberdades elas se instituem, para garantir a segurança das pessoas que emitem as suas opiniões de forma livre e que estas mesmas opiniões sejam validamente reconhecidas".

Olhando para esta questão, tomando o caso do contexto moçambicano pode se observar que, sim com a Constituição de 1990 que introduziu o multipartidarismo e a garantia da liberdade de associação e expressão, o país verificou alguns avanços com o surgimento de outras forças políticas, mas que actualmente, estas garantias registaram algum retrocesso, pois os cidadãos e a da sociedade civil em geral sentem-se coagidos ao emitir opiniões contrárias ou negativas sobre o regime vigente, pois quando assim o fazem são considerados como inimigos do estado e apoiantes da oposição, o que os coloca em situação de risco.

Portanto, as garantias das liberdades individuais existem na teoria, mas na prática não se registam o seu cumprimento, pois em caso de manifestações pacíficas diversas, a força policial actua de forma agressiva contra os cidadãos violando os seus direitos de reivindicar. E também apesar de que existem vários meios de comunicação social para difundir informações sobre os acontecimentos de interesse nacional, a maior parte destes é controlada pelo governo no poder, restringindo a sua actuação, como o quarto elemento do poder, neste caso o poder da mídia.

Questionados sobre a actuação da nossa sociedade civil como um elemento importante para a consolidação da democracia? Aqui verificamos uma certa divergência entre os entrevistados. O Académico1 diz que: "*Tu tens uma sociedade civil um pouco desajustada que não é capaz de criar políticas públicas autónomas, para fazer uma pressão forte sobre o Estado. A sociedade civil, ela está dependente de apoios internacionais, o que nos faz levar crer que ela não é capaz de ser autónoma.* Já o Académico 2 diz que: "*Não vejo só a questão da sociedade civil como o elemento sine quanon para que a democracia seja consolidada. Eu não acredito que exista um estado*

democrático, optando mais pela linha de Robert Dahl, nos seus artigos em que fala das poliarquias. As poliarquias são os estados que já atingiram um nível mais alto do respeito, ou seja do cumprimento dos princípios democráticos, ou seja a mais pluralidade de participação. Estes estados existem onde há mais pluralidades e muitos centros de poder, prefiro chamar de poliarquia e não necessariamente de estados democráticos. Agora a existência de uma sociedade livre e activa, obviamente é um dos requisitos mais fortes, sabemos nos que a própria democracia que hoje nos estamos a falar foi graças a as lutas da sociedade civil, ou seja as lutas incessantes da sociedade civil contribuíram para que para a tal dita democracia exista ou existisse ou pelo menos existia na vertente teórica. Acredito que a nossa sociedade já esta num ponto mais avançado em termos de civismo, em termos de organização. Não estou dizer que isso basta, mas os últimos eventos ou os últimos acontecimentos me levam a acreditar esta a se caminhar para um ponto positivo porque só assim portanto, é que o estado moçambicano no geral vai atingir um nível mais desejado em termos de da justiça social. Portanto, esta forma de ser e estar da sociedade civil contribui bastante para que se mude o status quo quando nos analisamos o status quo no sentido negativo da coisa".

Por sua vez, os membros da sociedade civil sobre o assunto disseram que: "*Sobre a Sociedade civil existem vários indicadores que são utilizados para avaliar o comportamento e a sustentabilidade da própria sociedade civil, mas também existe uma dimensão que é importante de se considerar. Nos últimos tempos houve uma regressão sob ponte de vista de democracias, começamos a assistir a adopção e recrudescimento de regimes totalitários e autoritários um pouco por todo o mundo, e que esses regimes autoritários trazem consigo a presença ou o alcance do poder por parte de certas lideranças que querem ver materializados os seus programas populistas ou programas revolucionários e não querem encontrar neste percurso da implementação das suas políticas revolucionarias ou populistas contestações. E nos temos exemplos muito claros no contexto de Moçambique de algumas destas abordagens, desta questão de fechamento, digamos assim dos espaços públicos da sociedade civil como a se verificar. Portanto há uma proeminência nos últimos tempos da sociedade civil, cujo ela própria esta substituir digamos assim, estes outros segmentos sociais como os partidos políticos da oposição, academias entre outras, e um exemplo aqui é que no processo de revisão da política nacional de terras, houve muito envolvimento das organizações da sociedade civil, mas que estas organizações eram muito actantes, tinham*

posições claras em relação ao facto de que não se poderia deixar de lado nesta nova política e lei de terras a questão dos direitos costumeiros adquiridos pelas comunidades".

Do exposto acima, podemos verificar que embora existam divergências entres os académicos e a sociedade civil sobre a actuação desta como um dos elementos que contribuem para a consolidação da democracia, em que os académicos olham para a nossa sociedade civil de forma parcialmente negativa dizendo que estas perderam a sua pujança quanto ao desempenho do seu papel de vigiar as acções do governo e emitir opiniões e críticas, e que outros elementos como a igualdade de direitos e oportunidades deveriam ser considerados na questão da democratização, os acontecimentos actuais mostram-nos que há tentativas de reduzir o espaço de actuação destas organizações nomeadamente por causa desta questão de programas e políticas que os governos querem implementar sem que ajam contestações ou críticas negativas.

Outro elemento importante que não pode ser deixado de lado nessa tarefa de contrabalançar o poder do estado, são os partidos da oposição. Apesar de que muitas vezes no processo decisório das políticas governamentais, não são tomadas em consideração, as opiniões e exigências dos partidos da oposição, o que algumas vezes leva a algumas convulsões sociais como o caso do conflito político militar que eclodiu no período entre 2013-2014, onde a Renamo não concorreu, e decidiu entrar para as matas para reivindicar aquilo que achava como justo, que era a paridade dos membros da Comissão Nacional de eleições e conseguiu puxar o governo e influenciar o partido Frelimo a aprovar uma lei a favor da própria Renamo, a participação destes partidos é importante para a institucionalização democrática.

Sobre a afirmação de que Há quem diz que a Frelimo transitou do mono partidarismo para o multipartidarismo com um semblante marxista-leninista, facto que condiciona a institucionalização da democracia no país. Os académicos divergiram nas respostas. O Académico 01 diz que: "*É uma afirmação correcta, não temos ou nunca se teve o multipartidarismo, de facto, mas na verdade temos uma ao nível teórico uma lógica de um sistema multipartidarismo, porque continua presente marcas do sistema de mono partidarismo, o exemplo é das últimas eleições autárquicas onde a Frelimo onde o partido quer a todo custo ganhar todas autarquias, o que não é possível numa sociedade heterogénea.*

E o Académico 2 diz que: *"Eu não quero acreditar que o partido no poder ou a Frelimo até hoje é marxista – leninista, não é nada disso no meu entender, não é isso que faz com que não haja institucionalização da democracia, o facto de termos um regime partido – estado em Moçambique, não está ligado necessariamente a questão da path dependence, ou seja a questão histórica da construção histórica do estado moçambicano em que tivemos um momento em que tivemos o partido – estado, o marxismo leninismo, a partir desde o 3º congresso que a Frelimo adoptou a ideologia marxista leninista, não é isso. Actualmente nos não temos um partido ideológico, a Frelimo não é um partido ideológico, existem membros do partido Frelimo que estão mais interessados com a manutenção do poder, é a ambição pelo poder político que os faz não serem abertos para serem até certo ponto mais rígidos, não abrindo espaço para o cumprimento dos princípios democráticos. É esta ambição pelo poder, e não necessariamente uma ideologia, pois não existe uma ideologia no partido Frelimo agora, tudo foi abandonado, cada um dentro do partido Frelimo puxa para o seu lado, são burgueses, são pessoas que querem o poder, sobretudo o poder económico. Sabem muito bem que ao fazerem parte do partido governante isto lhes dá o poder económico, e não necessariamente uma questão de ideologia".*

Por sua vez, os membros da sociedade civil dizem que: *" Estávamos a dizer que o processo de construção do nosso estado não permitiu com que certas questões se considerassem, por exemplo em relação a quando se alcança o processo da independência e se adopta o marxismo-leninismo, houve uma espécie de corrida de cães que é para poder se agarrar a qualquer coisa que existia, daí o controlo digamos assim de certas propriedades que eram propriedades do estado por parte dos membros do partido no poder, então isso tem implicações no funcionamento da própria democracia. E esta implicação tem que ver com a forma como por exemplo este partido em termos daquilo que são as suas políticas revolucionárias, os seus discursos, isso acaba tendo consequências em termos da forma como vai reagir este partido para todas as críticas que são feitas em relação aos seus programas de governação. Então claramente o marxismo tem influências em relação a isso e há o recrudescimento também destas questões no seio da nossa sociedade e estamos neste momento num contexto em que há um retrocesso significativo sob ponto de vista de como é que nos podemos evoluir nesta questão da democracia resultante obviamente da forma como a ideologia marxista-leninista foi adoptada e esta a funcionar, ou seja a mudança para o multipartidarismo não alterou o status quo, deste modo só houve uma mudança teórica mas na prática as instituições funcionam como no monopartidarismo".*

Capítulo V

Conclusões

A década de 1975 foi importante para Moçambique na medida em que assinalou o fim da dominação colonial e a autodeterminação do povo moçambicano, tendo a FRELIMO tomado o poder e formado o governo independente. Foi nesta fase que se fez sentir as políticas e medidas de orientação marxista-leninista, que foi adoptada definitivamente pela Frelimo no ano 1977 no seu 3º Congresso Nacional. Portanto, vimos que o marxismo influenciou significativamente a actuação da Frelimo no período da vigência da 1ª República até 1990 em que se instituiu os princípios democráticos no país.

O primeiro passo para a democracia multipartidária em Moçambique deu-se com a elaboração da nova Constituição em 1990 que inaugura uma abertura para a liberdade de criação de partidos políticos e concorrência para o poder político. O segundo passo deu-se com a materialização do estipulado no quadro constitucional, quando em 1994 decorrem as primeiras eleições envolvendo vários partidos.

Contudo, como foi referenciado no intróio deste trabalho, apesar de terem passado vários anos da liberalização política em Moçambique, o país ainda não é uma democracia plena. Considera-se que, já passou o tempo suficiente para que o país pudesse ser uma democracia consolidada, e por isso, levantou-se, nesta dissertação a questão da influência do marxismo-leninismo adoptado pela Frelimo no processo de construção da democracia moçambicana com o objectivo de analisar e identificar os traços desta ideologia de modo a compreender se estes estão relacionados com a relativa lentidão do processo de democratização.

Na sequência do problema levantado, foram desenhadas três questões de pesquisa, que nortearam este estudo, sendo que a primeira visava explicar a origem e os objectivos da democratização em Moçambique; a segunda procurava abordar sobre os elementos que constituem desafios para a democratização do país; e a terceira visava explicar como o marxismo influenciou no processo de construção da democracia moçambicana.

Os resultados obtidos com a pesquisa mostram-nos que a origem ou a trajectória histórica da democracia em Moçambique está relacionada com as crises políticas, económicas e sociais que assolaram o país na época após o alcance da independência. Portanto, a conjuntura interna (conflito

com a Renamo e crise económica) e internacional (a queda do muro do Berlim que culminou com a vitória do bloco socialista) levou o governo a aproximar-se do Ocidente, e isso conduziu para que a Frelimo empreende-se reformas políticas, condições que foram dadas para a adesão de Moçambique às instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e do Banco Mundial BM), e a necessidade de encontrar a paz com a RENAMO.

Portanto, todos estes factores aliados aos acordos de paz firmados em 1992 entre o governo de Moçambique e a RENAMO alavancaram o início do processo de transição democrática. Assim, depois de muitos anos de guerras intestinas, de domínio de partido único na cena política nacional e de ausência de liberdades democráticas fundamentais para o exercício pleno da cidadania, “ as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 não só marcaram formalmente o fim da guerra civil, como constituíram, igualmente, o passo inicial no caminho tortuoso rumo à estabilidade política e à implementação de estruturas democráticas” (Lalá & Ostheimer, 2004, p. 8).

Ademais quanto aos desafios do processo de democratização de Moçambique, o estudo revelou que olhando para a trajectória histórica da evolução da transição política moçambicana elementos do regime colonial e da época do partido único ainda se fazem sentir na actualidade. Um dos exemplos é a ausência de separação de poderes entre o Estado e o partido Frelimo; o centralismo administrativo; o controlo dos meios de comunicação e o combate as críticas da sociedade civil, e a exclusão dos grupos da oposição dos processos decisórios e da vida política do país. Entretanto, estes elementos foram sendo transportados desde a época colonial até a introdução do multipartidarismo, o que constitui um entrave para o processo de institucionalização democrática.

Sobre a questão de como o marxismo influenciou no processo de construção da democracia moçambicana, o estudo revelou que apesar de a transição do mono para o multipartidarismo ter, do ponto de vista formal, implicado uma ruptura com o período anterior, no plano material, prevalecem traços do marxismo-leninismo tanto na actuação das instituições do Estado, quanto nos actores políticos na sua maioria ligados ao processo histórico sobre o qual se adoptou a ideologia marxista-leninista. Portanto, o marxismo-leninismo exerceu uma influência determinante sobre os rumos da construção do Estado pós-1990. Com efeito, assistiu-se uma supremacia do Estado sobre as relações sociais e a sistemática (re) centralização. Além do mais, apesar de que o partido Frelimo não se guie por uma ideologia, o marxismo serviu para este partido

como um instrumento para a implementação do seu projecto nacionalista, que o possibilitou actuar desde a época da luta da independência como a única força política capaz de conduzir o país ao desenvolvimento excluindo os outros grupos. E que a Frelimo continua a enveredar esforços para prevalecer como o partido dominante na cena política moçambicana, o que pode constituir um impasse para a democratização no país.

Um dos princípios da ideologia marxista era o centralismo político e económico que foi marcante na forma de governar da FRELIMO, com a justificativa de que era necessário manter e promover a unidade moçambicana. Seguindo as directrizes políticas em curso e como reflexo do modelo partidário regido pelo marxismo-leninismo, a FRELIMO tornou-se a organização máxima dirigente de Moçambique. Conforme modelo bolchevique de partido marxista, a organização político-partidária seria regida por um forte centralismo - democrático, sendo a figura máxima e o dirigente principal o próprio presidente do país.

Nesta senda, tal como afirma Cuco (2016, p.145), estava claro que desde a declaração da independência do país, em 1975, a FRELIMO não iria optar pelo pluralismo partidário, ou seja, iria optar por pseudototalitarismo, que consiste na ausência de diversificação do poder. Todo poder ir-se -ia concentrar num único partido.

Um outro elemento que o estudo nos revelou, é o facto de que, mesmo no período de partido único e de vigência do regime socialista até a introdução do multipartidarismo, o poder político continuava concentrado. O presidente da Assembleia Popular era, igualmente, Presidente do partido FRELIMO e da República; facto que ocorre até nos dias de hoje, em que ainda não se consegue separar a política do aparato estatal, pois quem o dirige é a mesma pessoa, neste caso o Presidente da República de Moçambique.

E também durante esse período de governo do partido único e de regime “socialista”, os direitos foram limitados, as liberdades foram aparentes e a repressão evidente. O que se verifica também nos dias de hoje, nas várias manifestações e reivindicações que os cidadãos encabeçam há uma forte repressão policial, o que não vai de acordo com as garantias legais que constam nas leis. Também temos o caso dos conflitos eleitorais, cujo exemplo mais vivo é o conflito político militar que se viveu em 2013 e 2014, resultante da não abertura do governo para responder as exigências do partido Renamo.

A Frelimo continua a dominar a arena política moçambicana, o que pode constituir um impasse da democratização no país, na medida em que se e os líderes da oposição não fazem parte da política nacional, estes não poderão se fortalecer internamente e nem participar activamente, e nem contrabalançar o poder do partido governante. O mesmo vale para a sociedade civil, que tem de ser vibrante e livre para fazer as suas críticas e contribuir para a melhoria dos processos políticos do país e da actuação do governo.

Portanto, podemos confirmar que alguns dos elementos da ideologia marxista – leninista já referenciados acima, influem no processo de construção da democracia moçambicana e que os mesmos foram transportados desde a época da luta pela independência até a introdução do multipartidarismo. Ou seja, a democratização em Moçambique não trouxe mudanças no status quo, isto é, a ordem vigente permanece a mesma.

5.1.Recomendações

Como recomendações, este trabalho chama atenção a necessidade de se rever a questão da separação da política e do estado em Moçambique de modo a evitar que este seja capturado permanentemente por um grupo de pessoas pertencentes a um determinado partido político.

Segundo, deve-se rever a questão da restrição do espaço público moçambicano, na medida em que para se garantir as condições para o avanço democrático torna-se imprescindível a participação dos cidadãos na vida política, social e económica do país, pois é necessário que haja uma proximidade dos indivíduos com as decisões públicas, uma vez que a democracia implica a participação de todos em igualdade nas decisões públicas. Mas, para se chegar a essa situação, é preciso fomentar a inclusão política de indivíduos ou grupos que estão excluídos da vida política. Portanto, não basta garantir legalmente ou formalmente os direitos e liberdades de participação e expressão, é também imperioso que essa garantia funcione na prática.

E em terceiro, para que o processo de consolidação da democracia moçambicana seja frutífero é imprescindível que as mudanças implementadas sejam acompanhadas por uma transformação fundamental nos fundamentos ideológicos e estruturais do país, pois tanto as lideranças dos partidos políticos moçambicanos ainda não estão habituadas ao cumprimento dos princípios democráticos. Portanto, deve ser realizada uma mudança profunda na estrutura política e administrativa do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrahamsson, H & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em Transição: um estudo de história de desenvolvimento durante o período 1974 - 1992*. Maputo: CEGRAF.
- Albrecht, N. F. M. M. de. (2019). *Teorias da democracia: caminhos para uma nova proposta de mapeamento*. São Paulo: BIB, n. 88.
- Althusser, L. (1986). *Pour Marx*. Paris: Éditions La Découverte.
- Avritzer, L & Santos, B. S. de. (2002). *Para ampliar o cânone democrático*. In: Santos, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*.
- Balibar, É. (1975). *Cinco estudos sobre o materialismo histórico* (2vol). Lisboa: Presença, Martins Fontes.
- BALIBAR, É. (1975). *Cinco estudos sobre o materialismo histórico* (2 vols). Lisboa: Presença, Martins Fontes.
- Benot, Y. (1981). *Ideologia das Independências Africanas* (2vol). Lisboa.
- Berlinguer, E.(2009). *Democracia, valor universal*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bernstein, E. (1997). *O socialismo evolucionário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Instituto Teotônio Vilela.
- Bobbio, N. (1991). *O marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Bobbio, N. (1997). *Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- Bratton, M & Van de Walle, N. (1997). *Explaining democratic transitions*. In M. Bratton, N. Van de Walle (eds), *Democratic Experiments in África Regime Transitions in Comparative Perspective*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Brito, L de et al. (2015). *Revoltas de fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.

Brito, L. de. (2009). *O sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique*. In: BRITO, Luís et al. (ed.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2009.

_____ (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.

Cabaço, J. L. de O. (2007). *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Canastra, F., Haanstra, F. & Vilanculos, M. (2013). *Manual de investigação científica da UCM*. Beira: Edições UCM.

Capoco, Z. (2012). *Nacionalismo e Construção do Estado-Angola (1945-1975)*. Angola: Escolar Editora.

Carrillo, S. (1978). *“Eurocomunismo” e Estado*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel.

Chauí, M. (2004). *O que é ideologia*. Rev. José E. Andrade.

Coelho, J. P. B. (2019). *Política e história contemporânea em Moçambique: dez notas epistemológicas*. Revista História (São Paulo), São Paulo, n. 178.

Cohen, J. & Fung, A. (2004). *Radical democracy*. Swiss Journal of Political Science.

Cohen, J. L & Arato, A. (1997). *Civil society and political theory*. MIT Press.

Comitini, C. (1980). *Amílcar Cabral: a arma da teoria*. Rio de Janeiro: CODECRI.

Crick, B. (2002). *A Democracia*.

Cuco, A. F. (2016). *FRELIMO: de um movimento revolucionário a um partido político*. Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses, Curitiba, v. 2, n. 2.

Cunningham, F. (2009). *Teorias da Democracia: Uma introdução crítica*. Tradução de Delmar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed.

Dahl, R. (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Duarte, S. C & Figueiredo, C.A. (2020). *A luta armada em Moçambique e a construção de uma nação*. In Fortaleza: Tensões Mundiais, v. 16, n. 31.
- Elster, J. (1999). *A possibilidade da política racional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 39, São Paulo.
- Felisbino, R. A. De. (2009). *O cidadão na democracia de Joseph A. Schumpeter e Robert A. Dahl*. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2250.
- Fernando, C. T. (2020). *O Marxismo-leninista e a Construção de Aldeias Comuns em Moçambique entre 1975 a 1990*. In Revista Electrónica Discente do Curso de História – UFAM, volume 4, número 2, ano 4.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos*. Lisboa: Monitor.
- Forquilha, S. (2014). *Do discurso da história de sucesso” às dinâmicas políticas internas: o desafio da transição política em Moçambique*. In: Brito, Luís et al. (ed.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE.
- Franco, P. F. C.(2009). *Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Gellner, E. (1993). *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva.
- Gil, A.C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, Goldenberg M.A arte de pesquisa.
- Gómez, M. B. (1999). *Educação Moçambicana – História de um Processo: 1962-1982*. Maputo: Livraria Universitária.
- Gurza Lavalle, A & Vera, E. I. (2011). *A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability*. Lua Nova, São Paulo, n. 84.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hall, P, A. & Taylor, R. C. (2003). *As Três versões do neo-institucionalismo*. Lua Nova, Nº 58.

- Hanlon, J. (1997). *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: UEM.
- Hay, C. (1999). *Marxism and the State*. In: Gamble, Andrew; Marsh, David; Tant, Tony. *Marxism and social Science*. Champaign: University of Illinois Press.
- Held, D. (2006). *Models of democracy*. Califórnia: Stanford University Press.
- Henriques, V & Cabrito, B. G. (1995). *Introdução à Política*.
- Hobsbawm, E. J. (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Humbane, E. M. J. (2016). *Sociedade, escola e cidadania. Que relações? Uma análise a partir das Escolas Secundárias de Maputo, Moçambique*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Ingrao, P. (1980). *As massas e o poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jacobi, P.(1996). *Ampliação da cidadania e participação: desafios da democratização da relação poder público/sociedade civil no Brasil*. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.
- Japiassú, H & Marcondes, D. (2006). *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor.
- Khon, H. (1987). *História do Nacionalismo*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Korsch, K. (1977). *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento.
- Lakatos, E.M & Marconi, M.A (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas.
- Lalá, A & Ostheimer, A. (2004). *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003)*. Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Lênin, V. I. (1978). *Obras escolhidas (2 vols)*. Lisboa: Avante.
- Linz, J. J. & Stepan, A. (1996). *Toward Consolidated Democracies*. In: *Journal of Democracy*, Johns Hopkins University, 1996.

- Luís, A. J. (2005). *Políticas do banco mundial para a educação básica moçambicana – 1985 - 2000*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- Lukács, G. (2012). *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes.
- Luxemburgo, R.(2011). *Textos escolhidos* (2 vols). Organização de Isabel Loureiro. São Paulo: Editora UNESP.
- Macagno, L. (2009). *Fragmentos de uma imaginação nacional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 24, n. 70.
- Machado, A.R. da (1994). *O poder da estrutura individual à construção mediática*. Lisboa: ISCSP, Tese de mestrado.
- Macpherson, C.B. (1978). *A Democracia Liberal: Origens e Evoluções*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Manin, B. (1997). *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Manin, B; Przeworski, A & Stokes, S. C.(1999). *Democracy, accountability and representation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maria, J.F. A. (2010). *Desenho institucional e accountability: Pressupostos normativos da teoria minimalista*. Revista de Sociologia e Política, v.18, n.35.
- Martorano, L. C. (2011). *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular.
- Martuscelli, D.E (Trad.) (2021). *Sobre o Marxismo e o Leninismo: debate com Charles Bettelheim e Robert Linhart*. Rev. Práxis e Hegemonia Popular, v.6 n.9 p. 226-252, ISSN 2526-1843. São Paulo: Marília dez/2021.
- Marx, K & Engels, F. (2008). *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes.
- Marx, K. (2005). *A questão judaica*. Tradução de Sílvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro.

Massimaculo, A; Namuholopa, O.M.F & Oliveira, D.D de. (2021). *Desafios da democratização em Moçambique (1990-2014): uma análise crítica da geopolítica nacional*. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 2, Maio – Agosto.

Melo, C. de ; Material, G & Azevedo-Herman, E. (2015). *Convivência democrática: a necessidade de despartidarização do Estado, estudo de caso Quelimane (2011-2013)*. In: Canastra, Fernando; Lázaro, João Abílio (ed.). *O papel da Universidade no Processo de Pacificação, Reconciliação, Democratização e Desenvolvimento da Sociedade (Livro de atas – e-book)*. Beira: Universidade Católica de Moçambique.

Miguel, L. F. (2002). *A democracia domesticada: as bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo* (v. 45, n. 3). Dados, Rio de Janeiro.

Miranda, J. (1997). *Manual de direito constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

Moçambique. *Constituição da República popular de Moçambique*. 20 Jun. 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso em: 05 de Novembro de 2023.

Motta, L. E. & Serra, C. H. A. (2012). *A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im) pertinentes*. Trabalho apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Motta, L.E (2014). *A respeito da questão da democracia no marxismo (a polémica entre Althusser e Poulantzas)*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº13. Brasília, Janeiro - Abril de 2014.

Mouffe, CH. (2005). *Dossiê democracias e autoritarismos: por um modelo agonístico de democracia*. Revista Sociologia Política, v. 25, p. 11-23.

Musse, R. (2005). *A dialéctica como discurso do método*. Tempo Social, São Paulo, v. 17, nº 1.

Namuholopa, O.M.F. (2016). *A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente*. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (Vol.5, n.2), Goiás: UEG/Campus Iporá, Ago./Dez, ISSN 2238-3565.

Negrão, J. (2001). *Os centros prisionais abertos em Moçambique*. Maputo.

Newitt, M.(2012). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.

- Ngoenha, S. E. (2015). *Terceira questão: que leituras se pode fazer das recentes eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: PubliFix.
- Palassi Filho, A.(s.d). *Teoria contemporânea da democracia: as visões de Schumpeter e Dahl*. Brasil: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
- Pasquino, G. (2010). *Curso de Ciência Política*. Parede (Cascais): Princípia Editora.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Paz e Terra.
- Pitkin, H. F. (2004). *Representation and Democracy: Uneasy Alliance*. Scandinavian Political Studies. Nordic Political Science Association. V. 27, Nº 3.
- Poulantzas, N (2000). *O Estado, o poder, o socialismo* (4. ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Rosanvallon, P. (2011). *La société déségaux*. Paris: Éditions du Seuil.
- Sampedro, F. (2010). *A teoria da ideologia em Althusser*. In M.B. Naves, ed. *Presença de Althusser*. Campinas: Unicamp.
- Saward, M. (2006). *Democracy and Citizenship: expanding domains*. In: Dryzek, John; Honig, Bonnie; Philips, Anne (eds.). *The Oxford Handbook of Political Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sell, C. E. (2006). *Introdução à sociologia política*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Silva, E. L. Da & Menezes, E.M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação* (3ª ed.). Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED.
- Springborg, P. (1984). *Karl Marx on democracy, participation, voting and equality*. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 12, n. 4.
- Tavares, F. M.M. (2014). *A democracia realizada do materialismo histórico: sobre a ditadura do proletariado e sua injustificada omissão nos estudos de teoria democrática contemporânea*. In: *Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades*. Brasília, DF, Anais.

Terenciano, F; Braga, M.S. Do & Souza, C. A da Silva. (1990). *Processos de democratização e competição política na África dos anos 1990: os casos de Moçambique e Zâmbia*. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v.1, n.2, Jul./Dez. 2016, ISSN 2448-3923 | ISSN 2448-3907.

Tollenaere, M de. (2006). *Projecto de transição democrática nas sociedades em situação pós-conflito: apoio à democratização a Moçambique pós-conflito: intenções e resultados*. Relatório de trabalho.

Trujilo, F, A. (1974). *Metodologia da Ciência (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Kennedy.

Visentini, P. G. F. (2013). *Revolução e regimes marxistas: rupturas, experiências e impactos internacionais*. Porto Alegre: Leitura XXI; UFRGS/NERINT.

Weber, M. (1980). *Parlamento e governo na Alemanha reordenada (2ª ed)*. São Paulo: Abril Cultural.

Anexos

Guião de entrevista direccionado aos partidos Políticos

O Presente Guião de entrevista é somente direccionados aos quadros dos partidos políticos cujo tenham domínio dos seus princípios, objectivos e valores, assim como da criação da sua agremiação politica.

Esta pesquisa será apenas usada para fins académicos e codificamos os intervenientes de modo a preservar a sua imagem durante a apresentação dos depoimentos colhidos de cada participante.

Pergunta 1: Há quanto tempo milita o partido em que pertence?

Pergunta 2: Em que período foi fundado o seu partido e para que fim?

Pergunta 3: A história Moçambicana reza que o partido Frelimo sob regime marxista foi fundado com o objectivo de libertar o país do jugo colonial, onde teve sucessos estrondosos em 1975 com a proclamação da Independência. Não obstante, resta-nos saber de que forma avalia os princípios do partido Frelimo, tendo em conta a situação democrática actual em Moçambique?

Pergunta 4: Que avaliação faz das condições de vida do país antes e depois da independência?

Pergunta 5: Há quem diz que a Frelimo transitou do mono partidarismo para o multipartidarismo com um semblante marxista-leninista, facto que condiciona uma democracia débil para o país. O que tem a dizer sobre esta afirmação?

Pergunta 6: Como avalia o processo de democratização em Moçambique?

Pergunta 7: Como é que se manifestam os partidos políticos em Moçambique, face ao processo de democratização?

Guião de entrevista direccionado aos Académicos e a Sociedade civil

Pergunta 1: Debruce resumidamente sobre o contexto histórico da luta pela independência em Moçambique?

Pergunta 2: Como analisa a actuação do partido Frelimo no período da vigência da Primeira República (1975)

Pergunta 3: A história Moçambicana reza que o partido Frelimo sob regime marxista foi fundado com o objectivo de libertar o país do jugo colonial, que culminou em 1975 com a proclamação da Independência. Como analisa a questão a adopção da ideologia marxista pela Frente de libertação nacional de Moçambique?

Pergunta 4: Nos últimos tempos têm surgido vários debates sobre a relação partido -Estado em Moçambique. Como olha para esse aspecto?

Pergunta 5: A introdução da Constituição Multipartidária de 1990, permitiu entre outros, as garantias legais relativas as liberdades dos indivíduos. Gostaria que tecesse comentários em torno dessa afirmação.

Pergunta 6: A existência de uma sociedade civil livre e activa é um dos pré-requisitos para que uma democracia seja considerada consolidada.

a)O que acha da nossa sociedade civil?

Pergunta 07: No processo de tomada de decisão sobre as políticas e programas governamentais, as exigências do partidos de oposição e da sociedade civil são levadas em consideração?

Pergunta 8: Há quem diz que a Frelimo transitou do mono partidarismo para o multipartidarismo com um semblante marxista-leninista, facto que condiciona a institucionalização da democracia no país. O que tem a dizer sobre esta afirmação?